

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS  
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

Camila Soares Cardoso

**ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE *COMMODITIES* AGRÍCOLAS NAS  
BOLSAS DE MERCADORIAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

Porto Alegre

2021

Camila Soares Cardoso

ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE *COMMODITIES* AGRÍCOLAS NAS BOLSAS  
DE MERCADORIAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agronegócios.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

Porto Alegre

2021

### CIP - Catalogação na Publicação

Cardoso, Camila Soares  
Análise da Comercialização de Commodities Agrícolas  
nas Bolsas de Mercadorias no Estado do Rio Grande do  
Sul / Camila Soares Cardoso. -- 2021.  
94 f.  
Orientador: Leonardo Xavier da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas em  
Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em  
Agronegócios, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Comercialização Agrícola. 2. Bolsas de  
Mercadorias. 3. Commodities. 4. Rio Grande do sul.. I.  
Silva, Leonardo Xavier da, orient. II. Título.

Camila Soares Cardoso

ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE *COMMODITIES* AGRÍCOLAS NAS BOLSAS  
DE MERCADORIAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agronegócios.

**Banca Examinadora**

---

Orientador Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva– CEPAN/UFRGS

---

Prof. Dr. Marcelino de Souza – CEPAN/UFRGS

---

Prof. Dr. Marcelo Fernandes Pacheco Dias- PPG DTSA/UFPel

---

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil– CEPAN/UFRGS

Porto Alegre, 04 de junho de 2021.

## AGRADECIMENTOS

Hoje, a conclusão desta dissertação simboliza a realização de um sonho pessoal e profissional, que se iniciou há seis anos, durante a graduação, finalizo esta etapa com a sensação de dever cumprido e com o compromisso de utilizar este conhecimento para a melhoria do agronegócio.

Agradeço inicialmente a Deus, por me proporcionar o dom da vida e guiar sempre meus passos até aqui.

À minha família, por todo apoio, por sempre acreditar e incentivar a busca pela realização dos meus sonhos e pelo amor incondicional durante toda a minha caminhada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seus professores e funcionários, pelo acolhimento e pelo conhecimento a mim passados, durante os últimos dois anos.

Aos amigos que tive o prazer de conhecer durante essa caminhada, especialmente a Flávia, Ivaneli, Samanta, Steffano, Carlos, Valente, Raphael e o Marcelo, que se tornaram além de colegas, o apoio e amizade de vocês foi peça fundamental nessa caminhada.

Aos amigos que me acompanham desde o começo da minha caminhada acadêmica, especialmente a Daniela, Tailine, Maira, Jéssica e o Eduardo que sempre estiveram ali, me incentivando, acreditando no meu potencial e que vibraram junto quando recebi a notícia da aprovação no mestrado e, o mais importante, estiveram comigo durante toda essa caminhada, que mesmo longe continuavam ligando ou mandando mensagens e me enchendo de coragem para vencer os desafios, obrigada por todo companheirismo, apoio e amizade, vocês fizeram minha caminhada mais leve e alegre.

Ao meu querido orientador acadêmico Professor Leonardo Xavier, meu grande incentivador, obrigada pela confiança, paciência, e pelo exemplo de profissional competente e dedicado. Levarei comigo os ensinamentos de um grande profissional, motivador, com uma visão sistêmica e uma incrível capacidade transmitir o conhecimento aos seus alunos e orientados.

À Capes, pelo auxílio financeiro.

*“E, eu sonho, eu sonho alto, mas  
eu volto, eu sempre volto!”*

(Autor desconhecido).

## RESUMO

O Brasil se consolidou como um dos grandes produtores de alimentos no cenário mundial. Desse modo, faz-se necessária a busca por mecanismos de comercialização semelhantes aos disponíveis aos produtores de outros países para alavancar a competitividade da agropecuária brasileira. Um bom desempenho na etapa da comercialização irá relacionar-se diretamente com a lucratividade no sistema de produção. Nesse sentido, foram desenvolvidas estruturas que têm influência na comercialização, como é o caso das bolsas de mercadorias, que agregam vários benefícios ao produtor no momento da venda de seu produto. Portanto, o objetivo deste estudo foi analisar a comercialização de *commodities* agrícolas, via bolsas de mercadorias, no estado do Rio Grande do Sul-RS, local onde a produção agropecuária possui uma significativa importância socioeconômica. Com esta finalidade, foram coletados dados por meio de entrevistas com atores-chave ligados ao mercado das bolsas. No total, foram entrevistados seis agentes ligados diretamente ao mercado das três bolsas existentes no estado. Também foram pesquisados dados secundários relacionados aos últimos 14 anos da atividade. Os dados obtidos permitiram entender um pouco mais sobre a evolução da comercialização por este canal e, a análise qualitativa dos dados possibilitou identificar características sobre o funcionamento dessa modalidade, bem como, as vantagens e desvantagens, os limitantes e perspectivas para a adoção deste mecanismo de comercialização pelos produtores rurais, cerealistas e indústrias. Desse modo, foi possível identificar algumas das principais características dessa modalidade de comercialização, como mercados em que atuam, produtos comercializados, evolução dos volumes e valores comercializados, principais gargalos e possíveis cenários futuros na tentativa de fazer uma contribuição para o tema, e direcionar possíveis estudos futuros.

**Palavras-chave:** Comercialização Agrícola; Bolsas de Mercadorias; *Commodities*; Rio Grande do Sul.

## ABSTRACT

Brazil has consolidated itself as one of the most expressive food producers in the world scenario. Thereby, its necessary to find mechanisms of commercialization such the ones available to farmers in other countries, to leverage the competitiveness of Brazilian agriculture. A good performance in the commercialization stage will be directly correlated to the profitability in the production system. In that regard, structures that influence on commercialization have been developed, such as the commodity exchanges, that accrete several benefits to the farmers at the time of selling his product. Therefore, the objective of this study was to analyze the commercialization of agricultural commodities, per commodity exchanges, in Rio Grande do Sul State(RS), place that agriculture production has a high socioeconomic relevance . For this purpose, data were collected through interviews with important players linked to the exchanges market. In total, six agents directly linked to the market of the three commodity exchanges in the state were interviewed. Secondary data related to the last 14 years of the activity were also researched. The data obtained allowed us to understand a little more about the evolution of commercialization through this path, and the qualitative analysis of the data to identify characteristics about the functioning of this modality, as well as the advantages and disadvantages, the limitations and perspectives for the adoption of this mechanism commercialization by farmers, cereal dealer and industries. Thus, it was possible to identify the main features of this modality of commercialization, like markets in which they operate, commercialized products, evolution of volumes and values marketed, main bottlenecks and possible future scenarios in an attempt to make a contribution to this topic, and direct possible future studies.

**Keywords:** Agricultural Commercialization; Commodity exchanges; Commodities; Rio Grande do Sul.

## LISTA DE ABREVIATURAS

BBM/RS- Bolsa Brasileira de Mercadorias-Porto Alegre/RS

BBM-UB Bolsa Brasileira de Mercadorias- Uberlândia/MG

BBSB- Bolsa de Mercadorias de Brasília

BCMM- Bolsa de Cereais e Mercadorias de Maringá

BIMU- Bolsa Internacional de Mercadorias de Uruguaiana

BMS- Bolsa de Mercadorias da Metade Sul

BMCS- Bolsa de Mercadorias e Cereais de Sino

BNM- Bolsa Nacional de Mercadorias- Brasília

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PEP- Prêmio para o Escoamento de Produto

PEPRO- Prêmio Equalizador Pago ao Produtor

PGPM- Política de Garantia de Preços Mínimos

PIB- Produto Interno Bruto

PROP- Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato de Opção de Venda Privado.

RS- Rio Grande do Sul

VEP- Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos

CVM- Comissão de Valores Mobiliários

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Desenho da pesquisa. ....	42
Figura 2– Processo de Aquisição Por Leilão.....	52
Figura 3–Leilão .....	53
Figura 4- Evolução dos leilões públicos que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020.....	55
Figura 5- Evolução dos leilões privados que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020.....	57
Figura 6- A) Evolução dos volumes comercializados em leilões públicos que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. B) Evolução dos valores reais comercializados em leilões públicos que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. ....	59
Figura 7- A) Evolução dos volumes comercializados em leilões de compra pública que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. B) Evolução dos valores reais comercializados em leilões de compra pública que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. ....	62
Figura 8- A) Evolução dos volumes comercializados em leilões de venda pública que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. B) Evolução dos valores reais comercializados em leilões de venda pública que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. ....	65
Figura 9- A) Evolução dos volumes comercializados em leilões de PEP que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados	

pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. B) Evolução dos valores reais comercializados em leilões de PEP que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. ....67

Figura 10- A) Evolução dos volumes comercializados em leilões de PEPRO que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. B) Evolução dos valores reais comercializados em leilões de PEPRO que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020..69

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Principais características das estruturas básicas de mercado. ....	29
Quadro 2- Organizações entrevistadas. ....	37

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.1 Problema de Pesquisa .....	19
1.2 Objetivos .....	20
1.3 Justificativa.....	21
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>23</b>
2.1 Comercialização Agrícola.....	23
2.2 Estruturas de Mercado .....	28
2.3 Comercialização em Bolsa .....	32
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>36</b>
3.1 Tipo da Pesquisa.....	36
3.2 Definição da Amostra .....	36
3.3 Técnica e Coleta de Dados .....	38
3.4 Tratamento dos dados e informações obtidas.....	39
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>43</b>
4.1 Caracterização das Bolsas e da Companhia Nacional de Abastecimento .....	43
4.1.1 Bolsa Brasileira de Mercadorias.....	43
4.1.2 Bolsa de Mercadorias da Metade Sul.....	44
4.1.3 Bolsa Internacional de Mercadorias de Uruguaiana (BIMU).....	46
4.1.4 A Companhia Nacional de Abastecimento- Conab .....	47
4.2 Análise da evolução da comercialização dos produtos agrícolas nas Bolsas de Mercadorias do Estado do Rio Grande do Sul .....	54
4.3 Análise das características, limitantes e perspectivas de comercialização nas Bolsas de Mercadorias do Estado Rio Grande do Sul .....	71
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>87</b>

<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE B .....</b>	<b>93</b>
<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>94</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O agronegócio possui uma importância vital para a economia brasileira, sendo que, no ano de 2020 foi responsável por 24,31% do Produto Interno Bruto nacional, o que equivale a 387 bilhões de reais (CEPEA, 2021). A balança comercial das exportações brasileiras do agronegócio somou US\$ 100,81 bilhões em 2020, registrando um crescimento de 4,1% em comparação com o ano de 2019. Sendo que, a participação do setor nas exportações totais do País, por sua vez, ficou em 48%, superando a participação do ano anterior, já as importações de produtos do agronegócio apresentaram queda de 5,2%, chegando a US\$ 13,05 bilhões (MAPA, 2021a).

Além da importância econômica, o crescimento do agronegócio brasileiro desempenha ainda um papel social, na geração de empregos e na segurança alimentar dos brasileiros, necessitando assim, que o setor se mantenha em constante adaptação frente às transformações ocorridas para se adequar às dinâmicas competitivas impostas pelo mercado. Os resultados da atividade agropecuária dependem de inúmeros fatores, como qual produto produzir, a tecnologia a ser empregada, o acesso a crédito, a estratégia de comercialização, entre outros que, são envolvidos, influenciados e modificados por diversos tipos de riscos(EMBRAPA, 2018).

Com relação à comercialização, esta abrange uma série de atividades ou funções por meio das quais bens e serviços são transferidos dos produtores aos consumidores. Essas atividades resultam na transformação dos bens, através da utilização de recursos produtivos – capital e trabalho - que atuam sobre a matéria-prima agrícola (BARROS, 2007).

Distante de uma visão industrial, de produção programada e estoques com a possibilidade de maior tempo de prateleira, a produção agropecuária necessita administrar incertezas e sazonalidades, como os períodos de safra e entressafra e perdas causadas pela deterioração ou vencimento da validade do produto. Ainda, a produção é distribuída regionalmente e em termos de unidades de produção e na sua maioria comercializada via mercado físico, sendo que este apresenta grandes variações ao longo dos anos, implicando em significativas flutuações nos preços praticados e formados nos mercados internacionais (MARTINS et al., 2005).

Desse modo, a comercialização na área agropecuária tem trazido grandes desafios administrativos para os empresários do setor, que necessitam resolvê-los de maneira eficiente a fim de que seus empreendimentos permaneçam competitivos e rentáveis.

Com o objetivo de assegurar o mercado e garantir o melhor preço para os produtos agrícolas, favorecendo os diversos atores da cadeia produtiva, foram elaboradas estratégias e montadas estruturas complexas para um melhor desempenho nessa etapa. Podem ser citadas, dentre outras, as seguintes estruturas que têm influência na comercialização: associações de produtores, cooperativas, integração entre produtores e agroindústrias, bolsas de mercadorias (ROHR, 2007).

Dentre essas, as bolsas de mercadorias são peças-chave no processo de comercialização de *commodities*, por fornecerem meios eficientes e seguros para a execução dos negócios. As principais funções exercidas por uma bolsa são: fornecer local para as negociações, estabelecer as cláusulas dos contratos, divulgar os resultados de cada operação, garantir o cumprimento dos contratos e disciplinar o quadro de corretores (TEIXEIRA, 1992).

Ainda, ao oferecer uma plataforma que combina competitivamente, uma grande quantidade de compradores e vendedores, as bolsas de mercadorias podem estimular a transparência do mercado, reduzir o potencial de conluio entre os atores do mercado, moderar a volatilidade dos preços e fornecer informações de preços mais precisas para todos (UNCTAD, 2009, POULTON; KYDD; DORWARD, 2006).

Levando em consideração a importância da etapa da comercialização para o agronegócio e que as bolsas de mercadorias são um mecanismo viável de comercialização e que podem trazer vantagens ao produtor no momento da venda da sua produção, o presente trabalho pretende abordar os mecanismos de comercialização de *commodities* agrícolas através das Bolsas de Mercadorias no Estado do Rio Grande do Sul.

A primeira parte deste trabalho descreve o problema de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa. Na segunda parte, tem-se a fundamentação teórica, essa foi dividida em três partes: Comercialização agrícola, estruturas de mercado e comercialização em bolsas de mercadorias.

Na terceira seção estão os procedimentos metodológicos com as informações e explicações dos instrumentos de coleta que foram utilizados. Na quarta parte

deste trabalho, tem-se a apresentação/descrição dos resultados, seguida pela análise de discussão destes em confronto com a teoria e com outras pesquisas que trataram do assunto, no Brasil e em âmbito internacional.

Por fim, na parte cinco são apresentadas as considerações finais, trazendo as principais constatações sobre a pesquisa, contribuições, limitações e sugestões para estudos futuros.

## 1.1 Problema de Pesquisa

Com as transformações ocorridas até os primeiros anos do século atual, a agricultura brasileira passou de uma atividade altamente subsidiada pelo governo e protegida dos concorrentes externos, para uma atividade com escassez de subsídios e com mercados abertos (ROHR, 2007). Não somente foram eliminadas as subvenções, como também ocorreu uma significativa redução no volume de crédito, dando lugar para os programas de sustentação de preços e garantia de renda aos produtores como principais instrumentos de apoio (BRASIL, 2007). Como consequência, a participação do Tesouro Nacional nos financiamentos do crédito rural, que era de 87,0%, em média, na primeira metade da década de 1980, recuou para 40,0% na segunda metade da década. Nos anos de 1990, a participação caiu ainda mais: 15,0% nos primeiros cinco anos e 1,5% nos últimos cinco da década de 2000, segundo dados do Banco Central (RAMOS; MARTHA JUNIOR, 2010).

Os produtos agrícolas, mais especificamente as *commodities*, estão expostos a incertezas quanto ao comportamento futuro dos preços, influenciados fundamentalmente por movimentos de oferta e demanda no mercado, por exemplo, quanto maior a oferta, menor o preço (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010).

Sendo assim, para garantir uma trajetória consistente de crescimento econômico, é necessário também que se criem vantagens competitivas. Um bom desempenho na etapa da comercialização relaciona-se diretamente ao desempenho de rentabilidade no sistema de produção. Nesse sentido, como citado anteriormente, foram desenvolvidas estratégias e montadas estruturas complexas, que têm influência na comercialização, como é o caso das bolsas de mercadorias.

Como vantagens, a comercialização por esse canal oferece ao produtor pagamento antecipado à entrega, através de uma conta de liquidação da bolsa, um maior número de compradores por meio do sistema da Bolsa, visto que, compradores do Brasil inteiro possuem acesso ao mesmo, e garantia da entrega do produto nas especificações (BBM, 2021a).

Porém, apesar das Bolsas de Mercadorias terem todo um somatório de condições favoráveis à negociação, em um estudo preliminar realizado no ano de 2005, foi concluído que a comercialização ainda ocorre em um número reduzido, diante do montante total comercializado no Estado do Rio Grande do Sul (SANTOS, 2005).

Dado o panorama acima exposto, o presente trabalho visa a elucidar a seguinte questão de pesquisa: Como está o cenário atual da comercialização de *commodities* agrícolas nas Bolsas de Mercadorias do Estado do Rio Grande do Sul?

## **1.2 Objetivos**

Os objetivos deste estudo foram divididos em geral e específicos.

### **Objetivo Geral:**

Analisar a comercialização agrícola nas Bolsas de Mercadorias no Estado do Rio Grande do Sul.

### **Objetivos Específicos:**

- Caracterizar as Bolsas de Mercadorias atuantes no Rio Grande do Sul e os negócios realizados por elas na área agropecuária.
- Descrever as formas de comercialização usadas pelas Bolsas de Mercadorias no estado do Rio Grande do Sul.
- Analisar a evolução e perspectivas dos processos de comercialização das bolsas de mercadorias em estudo.

### 1.3 Justificativa

A agropecuária é uma das principais atividades no Estado do Rio Grande do Sul (RS), onde, de acordo com os dados definitivos do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), existem, no RS, 365 mil estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 21,7 milhões de hectares. Segundo as estatísticas do PIB Municipal do IBGE, em 2016, a agropecuária era a principal atividade econômica em 252 municípios gaúchos (IBGE, 2019), ressaltando a sua importância para a geração de renda no Estado.

Levando em consideração a importância do agronegócio gaúcho, Santos (2005, p.30) afirma que “agroindústrias e produtores passaram a perceber que de nada adianta possuir excelência produtiva, se não utilizar ferramentas adequadas para comercializar seu produto”. Desse modo, faz-se necessária a busca por modernos mecanismos de comercialização semelhantes aos disponíveis aos produtores de outros países para alavancar a competitividade da agropecuária gaúcha, visto que, estes concorrerão juntos.

De acordo com Marques e Mello (1999, p.21), “o chamado ‘problema’ da agropecuária geralmente está associado a preços baixos e relativamente instáveis”. E que, no aspecto da comercialização, o problema torna-se especialmente relevante, pois é difícil para quem produz ajustar rapidamente sua produção às variações de mercado. Desse modo, todos aqueles com envolvimento na atividade agropecuária têm muito a ganhar caso a comercialização se dê de forma técnica e economicamente eficiente, sem sobressaltos e interrupções (MARQUES; MELLO, 1999).

Neste contexto, tendo em vista a importância do processo de comercialização na produção agrícola, este estudo busca analisar um mecanismo de comercialização específico, as bolsas de mercadorias, que contemplam vários aspectos primordiais nesse processo como: a garantia da entrega do produto; pagamento na data prevista; e a garantia da entrega do produto nas especificações solicitadas. Este fato ameniza em muito as incertezas pertinentes ao mercado de *commodities* agrícolas (BBM, 2021a).

Ainda, dentre os tantos benefícios que as operações em Bolsa trazem, pode-se citar: comercialização antecipada da produção; participação da iniciativa privada

no financiamento da produção; melhoria das condições de competitividade nos mercados nacional e internacional; estímulo à análise e ao acompanhamento dos custos de produção; cultura e formação profissional; sustentador e seguro de preços (SANTOS, 2005).

Segundo relatórios dos leilões da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, de 2006 a dezembro de 2020, foram comercializados nas Bolsas do Rio Grande do Sul um montante de R\$ 4.211.701.335,51, relativos a leilões públicos e privados credenciados à Conab em parceria com as bolsas de mercadorias. Entre os produtos comercializados pode-se citar: arroz, feijão, uva e derivados, laranja, trigo, milho, soja, coco, entre outros.

No entanto, para que se tenha acesso a esse canal de comercialização, outro agente desempenha um papel importante - as corretoras associadas. Desta forma, para que um comprador ou vendedor tenha acesso à bolsa, deve-se fazer por meio de um corretor especializado, permitindo assim, apontar que as bolsas podem ser consideradas um objeto das estratégias das corretoras. Entre as suas funções, pode-se citar a posição de esclarecer dúvidas e prestar um primeiro assessoramento aos interessados em operar nesses mercados; intermediação da liquidez; avaliação dos riscos de operações; e da situação financeira dos clientes.

Apesar disso, observam-se poucos trabalhos empíricos tanto a respeito das bolsas, como das corretoras, reforçando a necessidade que se tenham pesquisas atuais que tratem da temática e, que possibilitem gerar dados e informações que permitam o melhor entendimento do mercado, quais as principais lacunas para o crescimento deste mecanismo, as vantagens/desvantagens, quais os limitantes e perspectivas, com vistas a auxiliar no desenvolvimento de estratégias para melhor aproveitamento pelos produtores dessa modalidade de comercialização.

Desse modo, levando em consideração o cenário acima exposto, justifica-se a importância desse estudo pela busca por alternativas para aumentar a eficiência financeira do setor agropecuário no Rio Grande do Sul, e pela necessidade de compreender melhor como se dá a dinâmica das bolsas no estado, as estratégias utilizadas, perspectivas de comercialização neste canal, volume comercializado, e outros.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Comercialização Agrícola

A comercialização compreende “um conjunto de atividades realizadas por instituições que se acham empenhadas na transferência de bens e serviços desde o ponto de produção inicial até que eles atinjam o consumidor final...” (PIZA; WELSH, 1968 *apud* BARROS, 2007, p.5 ).

Ainda, de acordo com Barros (2007), é um processo social que envolve interações entre agentes econômicos por meio de instituições apropriadas. O mercado é uma relevante instituição no processo de comercialização, o qual pode ser entendido como o “lugar” em que atuam as forças da oferta e demanda, através de vendedores e compradores, de forma que ocorra a transferência de propriedade da mercadoria a partir de operações de compra e venda.

A comercialização de produtos agropecuários apresenta algumas peculiaridades que podem ser percebidas a partir das características do produto e da produção. De acordo com Marques e Aguiar (1993), as principais características dos produtos agrícolas são:

- Produzidos de forma bruta - necessitam ser transformados, antes de serem vendidos ao consumidor final;
- Perecíveis - se não se dispõe de forma adequada de armazenagem, precisam ser comercializados rapidamente;
- Volumosos – que encarem o transporte e o armazenamento.

A produção apresenta ainda as seguintes características: variabilidade da produção anual; sazonalidade; distribuição geográfica; atomização da produção; variação da qualidade do produto; dificuldade de ajustamento; e estruturas de mercado enfrentadas (MARQUES; AGUIAR, 1993).

Vale salientar que nem todas as mercadorias podem ser consideradas *commodities*. Segundo (BATALHA, 1997) para que uma mercadoria seja considerada *commodity*, deve atender três requisitos:

- Padronização em um contexto internacional;

- Possibilidade de entrega nas datas acordadas entre comprador e vendedor;
- Possibilidade de armazenagem ou venda em unidades padronizadas;

Os produtos agrícolas, particularmente as *commodities*, têm seus preços influenciados fundamentalmente por movimentos de oferta e demanda no mercado. A oferta é a quantidade de produtos disponível no mercado enquanto a demanda se refere a quantidade de produtos que os consumidores estão dispostos ou aptos a adquirir. Sendo assim, os preços são regulados com base na lei da oferta e da procura, quando houver alta demanda e pouca oferta, o preço será elevado, já quando houver uma alta oferta e baixa demanda, o preço será baixo.

Outro ponto importante nesse processo de comercialização refere-se a escolha da estratégia a ser adotada pelos agricultores no mercado. Segundo Mendes e Padilha Junior (2007), por estratégia de comercialização entende-se como procedimento, mecanismo, método ou opção que o produtor usa para vender o seu produto ou exercer influência nos termos da venda.

No setor agropecuário, um sistema de comercialização será eficiente se a venda da produção se converter no máximo resultado possível financeiro, após reduzirem-se todos os custos de produção e comercialização (MARQUES; MELLO, 1999).

Desse modo, de acordo com Mendes e Padilha Junior (2007, p. 277), as estratégias usadas na comercialização pertencem a quatro grandes grupos a indicar:

Venda na época da colheita ou venda à vista na colheita; contratos de produção antes da colheita ou venda antecipada da produção (a termo); estocagem do produto para especulação e estratégias com contratos futuros e derivativos agropecuários (mercado futuro).

À vista disso, de acordo com Marques et al. (2006), os mercados podem ser classificados em quatro tipos básicos:

- Mercado físico ou disponível: neste mercado são negociados produtos em troca de recebimento de dinheiro.
- Mercado a termo: um exemplo comum é o produtor acertar um preço e efetuar a venda antes mesmo de dispor do produto. Este tipo de contrato é em geral chamado como a termo e pode ou não envolver

adiantamento de recursos referente a venda antecipada da produção. O ponto principal é que deverá ser feita a entrega e o recebimento do produto ao preço combinado.

- Mercado Futuro: esses contratos evoluíram a partir dos contratos a termo, e desse modo possuem algumas condições semelhantes. Um contrato futuro é uma obrigação, legalmente exigível, de entregar ou receber uma determinada quantidade de uma mercadoria, de qualidade preestabelecida, pelo preço ajustado no pregão.
- Mercado de opções: nestes mercados se negociam contratos de opções, onde, se paga um certo valor para se ter o direito, mas não a obrigação, de escolha de um determinado curso de ação no mercado.

Apesar do conceito de comercialização agrícola ser muito mais amplo do que o simples conceito de venda dos produtos agrícolas, em razão da sua amplitude e complexidade, neste estudo focaremos na etapa específica da venda dos produtos agropecuários, momento em que ocorre a transferência de propriedade da mercadoria através de operações de compra e venda.

Durante essa transferência de propriedade, para que o produto saia do produtor e chegue até o consumidor final, ele pode ser comprado diretamente do produtor ou passar por alguns intermediários, dependendo dos níveis dos canais de comercialização, que podem ser os seguintes de acordo com Kotler (1998):

- Canal de nível zero (venda direta) – Produtor vende diretamente para o consumidor final.
- Canal de um nível – produtor vende seu produto ao varejista que vende ao consumidor, nesse caso o canal que possui um intermediário (varejista) na comercialização dos produtos agrícolas.
- Canal de dois níveis – O produtor vende seu produto ao atacadista, que posteriormente vende ao varejista que vende ao consumidor, nesse caso o canal que possui dois intermediários (atacadista e varejista).
- Canal de três níveis – O produtor vende seu produto a uma processadora de alimentos, que pode vender a um atacadista, que vende ao varejista que irá vender ao consumidor, nesse caso o canal irá possuir três intermediários

Além desses, podem ocorrer situações em que o canal pode ser nível de quatro, de nível cinco, fator que vai depender do número de intermediários. Desse modo, em todo esse processo de comercialização agrícola opera um grande número de intermediários que se especializam na execução das diversas funções de comercialização, relacionadas com as atividades de compra e venda, à medida que as mercadorias se deslocam dos produtores até os consumidores (MENDES, 1998).

Os intermediários de interesse direto à comercialização de gêneros alimentícios segundo Mendes (1998), podem ser classificados do seguinte modo:

- Intermediários comerciantes: atacadistas, retalhistas ou varejistas, e especuladores- são os proprietários dos produtos que atuam. Para este grupo, a venda é realizada para o próprio lucro, que vem da margem entre os preços de compra e de venda dos produtos que comercializam. No caso dos atacadistas, estes vendem seus produtos para varejistas e para outros atacadistas e industriais, mas não comercializam quantidades significativas com o consumidor final.

- Intermediários agentes: corretores e comissários- são representantes de seus clientes e, portanto, não são donos das mercadorias que comercializam. A renda destes intermediários vem de taxas e comissões sobre o volume de vendas que realizam. Os comissários têm geralmente autoridade sobre a mercadoria, pois são responsáveis pela movimentação e arranjo dos termos de venda e dedução das taxas. Os corretores não possuem o controle físico dos produtos que trabalham, seguindo de perto as ordens dos clientes, nesse caso, seus poderes nas negociações são menores do que os dos comissários.

- Organizações auxiliares ou instrumentais- auxiliam os intermediários na execução de suas tarefas. Essas organizações não participam dos processos de comercialização, nem como comerciante, nem como agentes, mas prestam serviços informativos, reguladores, de fiscalização e outros, podendo exercer uma influência de amplo alcance sobre a natureza da comercialização. Neste grupo estão as bolsas de mercadorias, as associações comerciais, as transportadoras, as classificadoras, os bancos, as companhias de seguros, as armazenadoras, as empacotadoras, e os órgãos responsáveis pelos serviços de informação e de pesquisa de mercado.

- Indústria de transformação- algumas delas, como os frigoríficos, os moinhos e outras indústrias alimentícias, frequentemente, agem como próprios agentes de compra nas áreas de produção.

Os canais de comercialização e seus possíveis intermediários são pontos importantes para o sucesso do escoamento da produção. O momento da comercialização e seus diversos canais pressionam os produtores a se planejarem para reduzir custos de produção e de distribuição. A competitividade, deste modo, no setor depende do seu investimento não somente na produção agrícola, mas também na sua inclusão dentro da cadeia de comercialização e abastecimento (ALVES, 1997).

Porém, essas funções não são exercidas somente pelos agentes que constituem os canais de comercialização, mas também pela configuração do mercado em que se está inserido. De acordo com Neves (1999) as estruturas de mercado constituem uma parte importante do ambiente competitivo, pois influenciam de maneira significativa o padrão de concorrência no curto prazo. Dada a importância das estruturas de mercado no processo de comercialização, a discussão sobre o tema será aprofundada na seção a seguir.

## 2.2 Estruturas de Mercado

De acordo com Marques e Mello (1999), para que o produtor consiga obter êxito no momento da comercialização da sua produção é necessário que conheça os fundamentos do mercado. Que são, entre outros, as cadeias produtivas, suas inter-relações contratuais; os determinantes da oferta e da demanda dos produtos e de seus substitutos e os demais elementos da estrutura de mercado que influenciam o comportamento dos preços.

No que se refere às estruturas de mercado, as várias formas ou estruturas de mercado podem ser caracterizadas como:

Concorrência perfeita – mercado com um grande número de vendedores (empresas), de forma em que uma empresa, isoladamente, não afeta a oferta do mercado nem, conseqüentemente, o preço de equilíbrio. O grande número de empresas nesse mercado faz com que elas sejam apenas tomadoras de preços (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014).

Tem como principais características: mercado composto de grande número de empresas; os produtos são homogêneos, ou seja, não há diferenciação entre produtos ofertados pelas empresas concorrentes; não existem barreiras para o ingresso de empresas no mercado; há transparência do mercado, sendo assim, todas as informações sobre lucros, preços etc. são conhecidas por todos os participantes do mercado (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014).

Monopólio - caracteriza-se por apresentar condições opostas às da concorrência perfeita. Nesse caso, existe uma única empresa dominando inteiramente a oferta, de um lado, e todos os consumidores, de outro. Sendo assim, não há, portanto, concorrência, nem produto substituto ou concorrente. Desse modo, ou os consumidores se submetem às condições impostas pelo vendedor, ou simplesmente deixarão de consumir o produto. Para que existam monopólios, deve haver barreiras que praticamente impeçam a entrada de novas firmas no mercado (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014).

Salvo os casos de monopólio natural, os mercados monopolistas podem ser do tipo monopólio comum ou monopólio discriminador. No primeiro caso, o preço é definido pelo monopolista que oferece os seus produtos a um mesmo preço

independente do consumidor. Ele pode, ainda, decidir não vender todos os seus produtos, criando uma restrição de oferta (VARIAN, 2006).

Já no caso do monopolista discriminador, segundo Varian (2006), este pode vender os seus produtos a quem está disposto a pagar mais por eles. Desse modo, cada produto será vendido por um valor sujeito à capacidade de compra do consumidor, ressaltando, ainda, que o monopolista conhece o preço de reserva de cada comprador (menor preço que ele está preparado para pagar).

Oligopólio - é um tipo de estrutura que caracteriza-se por um pequeno número de empresas que dominam a oferta de mercado. Ele pode ser definido como um mercado em que há pequeno número de empresas, como a indústria automobilística, ou então em que há grande número de empresas, mas poucas dominam o mercado, como na indústria de bebidas (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014).

Concorrência monopolística - é uma estrutura de mercado intermediária entre a concorrência perfeita e o monopólio, mas que não se confunde com o oligopólio, devido ao número relativamente grande de empresas com certo poder concorrencial, porém com segmentos de mercados e produtos diferenciados, e por sua margem de manobra para fixação dos preços não ser muito ampla, uma vez que existem produtos substitutos no mercado (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014).

Essas características acabam dando um pequeno poder monopolista sobre o preço do produto, embora o mercado seja competitivo. Como em concorrência perfeita, não há barreiras ao acesso de empresas no mercado.

Quadro 1- Principais características das estruturas básicas de mercado.

<b>Características</b>	<b>Concorrência Perfeita</b>	<b>Monopólio</b>	<b>Oligopólio</b>	<b>Concorrência Monopolística</b>
<b>1- Quanto ao número de empresas.</b>	Muito grande.	Só há uma empresa.	Pequeno.	Grande.
<b>2- Quanto ao produto.</b>	Homogêneo. Não há quaisquer diferenças.	Não há substitutos próximos.	Pode ser homogêneo ou diferenciado.	Diferenciado.

<b>3- Quanto ao controle das empresas sobre os preços.</b>	Não há possibilidades de manobras pelas empresas.	As empresas têm grande poder para manter os preços relativamente elevados, sobretudo quando há intervenções restritivas do governo (leis antitrustes)	Embora dificultado pela interdependência entre as empresas, essas tendem a formar cartéis, controlando preços e cotas e produção.	Pouca margem de manobra, devido à existência de substitutos próximos.
<b>4- Quanto à concorrência extra preço (promoções, atendimento, pós-vendas...)</b>	Não é possível, nem seria eficaz.	A empresa geralmente recorre a campanhas institucionais, para salvaguardar a sua imagem.	É intensa, sobretudo quando há diferenciação do produto.	É intensa, exercendo-se pelas diferenças físicas, de embalagens e prestação de serviços complementares.
<b>5- Quanto às condições de ingresso na indústria.</b>	Não há barreiras.	Barreiras ao acesso de novas empresas.	Barreiras ao acesso de novas empresas.	Não há barreiras.

Fonte: Vasconcellos & Garcia, 2014, p. 95.

Levando em consideração as várias formas ou estruturas de mercado apresentadas, para se definir uma estratégia de comercialização agrícola, alguns quesitos precisam ser observados, como por exemplo: o nível de participação do produto no mercado, o comportamento dos preços do produto ao longo de uma série histórica, a influência do volume a ser comercializado no volume global comercializado; e os fatores que fazem com que a comercialização seja necessária em determinado momento. Enfim, ao tomador de decisão cabe conhecer o máximo possível do mercado, no qual o produto que ele irá comercializar está inserido (TYBUSCH, 2003) .

Ainda, formular uma estratégia de comercialização depende de, além de ter informações passadas e futuras do mercado (em termos de volumes, preços e tendências), saber identificar o melhor momento para realizar a operação de maneira a aproveitar as oportunidades oferecidas. Também é necessário conhecer instrumentos de comercialização e as formas de utilizá-los, sobretudo num mercado onde se comercializam produtos padronizados, no caso, *commodities*.

### 2.3 Comercialização em Bolsa

As bolsas de mercadorias são associações privadas civis, sem fins lucrativos, formadas por membros, as corretoras, que têm como objetivo efetuar o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das operações realizadas em pregão ou em sistema eletrônico (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019). Possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa e são fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As negociações acontecem por meio eletrônico, onde as bolsas fornecem plataformas de negociação na internet, essas operações são transparentes nas informações e feitas rapidamente, sendo que todos os contratos negociados na bolsa são padronizados.

Porém, os clientes não podem operar diretamente na bolsa, para acessar o sistema de negociações, os compradores e vendedores devem fazê-lo por intermédio de representantes, que são corretoras de mercadorias associadas (MARQUES; MELLO, 1999). Portanto, as corretoras também desempenham um papel fundamental na comercialização, aproximando vendedores e compradores. Para realizar a intermediação, elas cobram um percentual sobre o valor do negócio, o qual varia de acordo com o produto e, em alguns casos, de acordo o tempo de operação do ofertante (OLIVEIRA, 2001).

Ainda, são as bolsas que, em geral, estabelecem características básicas como prazos, objeto e cláusulas específicas, cabendo aos investidores definir somente sobre o preço oferecido e a quantidade desejada. Esse é um ponto importante na concepção dos contratos de bolsa e que traz inúmeras vantagens, como: Facilitar o acompanhamento das cotações; possibilitar a atuação da câmara de liquidação e compensação como contraparte em todos os negócios realizados e; viabilizar a transferência das posições contratuais para outros interessados (SATIRO, 2012).

Outro ponto importante, é que a bolsa não participa do processo de formação de preços, ela não compra ou vende e não tem nenhum interesse em que preços

fiquem altos ou baixos em momento nenhum do pregão ou leilão. O papel da mesma é o de fornecer um local, onde existem facilidades para a efetivação de negócios, e zelar pela continuidade, eficiência, equidade e transparência nas negociações (MARQUES; MELLO, 1999). A renda da bolsa vem da venda de licenças para operação, taxas operacionais e outras fontes menores de receitas (MARQUES; MELLO, 1999).

Embora sejam instituições privadas, as bolsas de mercadorias têm ainda uma função pública e social, no sentido de garantir o acesso de qualquer pessoa ao mercado, com condições de igualdade (SANTOS, 2005). Neste local podem ser comercializados produtos como: arroz, trigo, milho, feijão, uva, soja, entre outros.

Vale ressaltar, ainda, que dois interessados não podem simplesmente decidir celebrar um contrato, fazê-lo e somente formalizar a operação na bolsa. Para que haja contrato de bolsa é necessário que a oferta seja direcionada para todo o mercado, a fim de garantir a todos os interessados a possibilidade de intervir e assegurar as melhores condições de venda e compra para as partes (SATIRO, 2012).

Desse modo, as bolsas de mercadorias e futuros talvez sejam um dos exemplos mais próximos ao modelo de concorrência perfeita, visto que, neste modelo de competição perfeita se pressupõe, basicamente, que existe elevado número de integrantes no mercado, perfeita fluidez de informações, total liberdade para a entrada e saída no mercado, perfeita mobilidade dos fatores de produção e homogeneidade do produto (MARQUES; MELLO, 1999). Por sua vez, nas bolsas existe um grande número de compradores via o sistema, já que compradores de vários locais possuem acesso ao mesmo; os produtos comercializados são homogêneos, eles necessitam atender determinados parâmetros preestabelecidos; não existem barreiras para entrada de compradores e vendedores; e ainda, há transparência de mercado, onde as informações sobre as operações devem ser fornecidas.

Essas pré-condições de concorrência perfeita são difíceis de ocorrer ao mesmo tempo. Nesse modelo, então, o preço de equilíbrio é estabelecido por meio de leilão, onde caso ocorra uma oferta maior que a demanda, teoricamente, os produtores terão que diminuir o preço, até que exista uma quantidade a ser vendida igual à que os consumidores desejam adquirir (MARQUES; AGUIAR, 1993).

Para se chegar a esse equilíbrio de preços, várias são as formas, destacando-se a negociação individual entre comprador e vendedor e os mercados organizados. O processo de negociação individual evoluiu para formas de mercados organizados, onde observa-se normas e regras regulando o processo de comercialização. Nas bolsas, há regras claras e específicas, que regulam a comercialização, e devem ser seguidas por todos. Além disso, essas regras são tão conhecidas, que a simples referência a padrões de classificação dispensa a visita aos locais de armazenagem(MARQUES; MELLO, 1999).

Por fim, para o funcionamento de uma bolsa, é necessário que se atenda as seguintes pré-condições, cujo fundamento é torná-la o mais próximo possível da estrutura de mercado em relação à concorrência (ROHR, 2007, p.32):

- O número de transações precisa ser grande;
- A quantidade do produto deve ser facilmente identificável por classificação e padrões;
- O número de compradores e vendedores deve ser grande e nenhum participante pode ser capaz de manipular preços;
- Devem existir informações acessíveis para todos;
- O governo não pode ser o principal fator, na determinação de preços.

No Brasil, atualmente, existem várias bolsas de mercadorias que atuam em diferentes tipos de mercados, especializadas ou não em determinadas culturas e modalidades de negócios, espalhadas por diversos estados. Para que se possa ter uma dimensão deste número, atualmente 11 bolsas possuem contratos ativos com a Conab, mas este número já chegou a 22. Entre estas bolsas, chama a atenção a Bolsa Brasileira de Mercadorias, que é uma instituição que possui sede na cidade de São Paulo, mas com filiais presentes em outros estados, como é o caso do Rio Grande do Sul.

Já no que se refere ao Estado do Rio Grande do Sul, atualmente existem três bolsas:

- **Bolsa Brasileira de Mercadorias-BBM/RS** – Com uma filial que fica localizada na cidade de Porto Alegre.
- **Bolsa de Mercadorias da Metade Sul - BMS** - Com sede na cidade de Pelotas.

- **Bolsa Internacional de Mercadorias de Uruguaiana** - Com sede na cidade de Uruguaiana.

As três bolsas acima citadas, têm uma forte atuação na área agropecuária no estado do Rio Grande do Sul, podendo realizar seus leilões via sistema próprio e em sua maioria, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento. Nesse caso, os leilões são realizados pelo sistema da companhia e a bolsa atua de forma estratégica, por onde são executados os instrumentos de apoio à comercialização do Governo Federal, compras e vendas públicas para atender necessidades do governo, além disso, por esse sistema também podem ser realizados leilões privados, onde a população tem acesso ao sistema de comercialização da companhia sem nenhum custo.

Esse trabalho em conjunto entre a Conab e as bolsas de mercadorias regionais é realizado desde os anos 1970 em leilões para o Governo Federal, sendo que, a partir dos anos 1990, passou-se a realizar os leilões eletrônicos para venda dos estoques públicos de alimentos e exercício dos instrumentos de política agrícola do Governo Federal, conduzidos pela Conab(BBM, 2021a).

Apesar de ser um meio viável de comercialização e que pode trazer inúmeras vantagens no momento da venda do produto, ainda hoje, temos poucos dados e estudos disponíveis sobre este mecanismo de comercialização, principalmente quando relacionados ao mercado de leilões públicos, sendo que, a grande parte dos estudos nacionais concentra-se em dois tipos de mercados: o futuro e de opções.

O último estudo realizado sobre esse mercado no Rio Grande do Sul, é de Santos (2005) e buscou analisar a comercialização da commodity arroz em casca na Bolsa Brasileira de Mercadorias do Rio Grande do Sul, com objetivos de caracterizar os agentes da cadeia produtiva de arroz, caracterizar a transação desta *commodity* e os aspectos facilitadores e dificultadores a realização de negócios na bolsa em questão. Portanto, este estudo se concentrará em trazer mais contribuições sobre a temática em questão para o Rio Grande do Sul, importante estado brasileiro no segmento agropecuário e que ainda possui poucos trabalhos sobre a comercialização em bolsas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo proposto no presente estudo (analisar a comercialização agrícola nas Bolsas de Mercadorias no Estado do Rio Grande do Sul), optou-se pelo desenvolvimento de um estudo exploratório.

#### 3.1 Tipo da Pesquisa

Esta pesquisa se caracterizou como um estudo descritivo e exploratório, pois seu propósito imediato é fornecer mais informações sobre um problema de pesquisa. Esse tipo de estudo é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2007). Uma pesquisa exploratória, segundo Mattar (2000), utiliza instrumentos de coleta secundários e dados primários.

A análise foi qualitativa com apoio de bancos de dados de variáveis organizados pela autora, dada a necessidade de se atender o objetivo geral e da disponibilidade de dados secundários sobre o tema, tornando assim a discussão mais profunda. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador vai a campo na tentativa de compreender o fenômeno em análise a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995).

#### 3.2 Definição da Amostra

A pesquisa foi realizada com atores-chave envolvidos no processo de comercialização das bolsas no Rio Grande do Sul, abrangendo, atores diretamente e indiretamente envolvidos com as Bolsas de Mercadorias existentes no estado do Rio Grande do Sul.

A delimitação geográfica da pesquisa ficou restrita ao estado do Rio Grande do Sul, dada a importância socioeconômica da produção agropecuária no estado.

Para as entrevistas com os atores, optou-se pela escolha da metodologia *snowball*, tradução livre como bola de neve, que consiste em entrevistar uma pessoa

através da indicação dada pelo entrevistado anterior(MALHOTRA, 2006). Um contato prévio já havia sido realizado com a Bolsa Brasileira de Mercadorias/RS, em novembro de 2019, e por este motivo a primeira entrevista foi realizada com um representante da mesma, e a partir das indicações foram realizadas as entrevistas posteriores.

No total, foram entrevistados seis atores, no período de outubro a novembro de 2020. As entrevistas foram encerradas no momento que as indicações começaram a se repetir nas falas dos entrevistados.<sup>1</sup>

Quadro 2- Organizações entrevistadas.

Quantidade de entrevistas	Organização	Identificação no texto
1	Bolsa Brasileira de Mercadorias- Porto Alegre	ENTREV01
1	Bolsa Internacional de Mercadorias de Uruguaiana.	ENTREV02
1	Bolsa de Mercadorias da Metade Sul- Pelotas	ENTREV03
1	Companhia nacional de Abastecimento- Porto Alegre	ENTREV04
1	Companhia nacional de Abastecimento- Brasília	ENTREV05
1	Sindicato da Indústria do Arroz no Rio Grande do Sul- Porto Alegre	ENTREV06

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Das seis entrevistas realizadas, cinco delas foram gravadas, cada entrevista teve em média 30 minutos e, logo após a realização foi feita a degrevação/transcrição das entrevistas, para ser realizada a análise qualitativa e posterior discussão dos dados coletados.

<sup>1</sup> Entre as indicações foram citados corretores de mercadorias que atuavam em negociações nas bolsas em questão, e entende-se a importância que teria para o trabalho a participação destes, porém, estes agentes não aceitaram participar das entrevistas.

### 3.3 Técnica e Coleta de Dados

A pesquisa envolveu dados primários, que foram coletados por meio da realização de entrevistas, e secundários, obtidos por meio de uma pesquisa bibliográfica e eletrônica. No que se refere aos dados secundários, coletou-se dados dos últimos 14 anos, relativos ao volume comercializado nas três bolsas, valores comercializados, produto, preço de abertura, preço de fechamento, com objetivo de caracterizar as bolsas de mercadorias atuantes no estado e os negócios realizados por elas, e ainda, compará-los com os dados primários que foram coletados durante as entrevistas. O período de 14 anos foi escolhido pela disponibilidade dos dados a partir do ano de 2006 em meio eletrônico.

Para isso, foram utilizadas informações disponibilizadas pela Conab, pois, ao final de cada leilão é disponibilizado um relatório com todas as informações detalhadas sobre quantidade disponibilizada e comercializada, produto, preços, e bolsas que arremataram. Vale ressaltar que as informações contidas na análise se referem aos leilões realizados via sistema da Conab, e não estão incluídos os resultados dos leilões realizados via sistema próprio das bolsas, que é o caso da BBM e BIMU, as quais, realizam leilões via seu próprio sistema de comercialização, porém não foi possível o acesso da pesquisadora a estes dados.

No que se refere aos dados primários, as entrevistas aplicadas aos atores-chave foram do tipo semiestruturadas, e continham perguntas relacionadas à situação atual da comercialização de *commodities* agrícolas no Rio Grande do Sul, as perspectivas de comercialização neste canal para os próximos anos, os limitantes para o crescimento da comercialização em Bolsas de Mercadorias no Brasil e os benefícios da comercialização neste canal, entre outras, com o objetivo de analisar a percepção dos entrevistados sobre o funcionamento e as perspectivas para as bolsas mercadorias em estudo (roteiro, em anexo, no fim deste documento).

A percepção é processo pelo qual um indivíduo seleciona, organiza e interpreta a informação para dar significado ao mundo. Segundo Kotler (1998), a maneira como as pessoas percebem as coisas ao seu redor é muito variável de acordo com as suas experiências passadas, crenças, atitudes, valores, personalidades, sendo que, à medida que adquire-se mais conhecimento, a estrutura cognitiva também vai se modificando.

Ademais, em uma entrevista não-estruturada o entrevistado é solicitado a falar livremente a respeito do tema pesquisado, sendo recomendada nos estudos exploratórios (GERHARDT et al., 2009). Apresenta como vantagens uma maior flexibilidade, pois o entrevistador adapta-se facilmente as pessoas e as circunstâncias em que desenvolve a entrevistas, além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece respostas espontâneas, ainda essa técnica, permite a obtenção dos dados com um elevado grau de profundidade, oferece maior garantia de respostas que um questionário, entre outras vantagens.

A realização das entrevistas foi via telefone e videoconferência, levando em consideração todos os cuidados de isolamento social, pelo qual o mundo estava passando, no período da coleta de dados. E ainda, por meio não presencial, foi possível atingir um maior número de respondentes, visto que, alguns entrevistados residem em locais dispersos no Brasil.

### **3.4 Tratamento dos dados e informações obtidas**

A última etapa foi o tratamento das informações e dos dados obtidos, tanto das informações coletadas em fontes secundárias, quanto das entrevistas. No primeiro caso, buscou-se sistematizar os dados de forma a atender aos objetivos e comprovar as informações obtidas por meio das entrevistas.

As informações utilizadas para a caracterização da evolução da comercialização agrícola nas três bolsas, foram obtidas a partir dos relatórios individuais detalhados de cada leilão, que são disponibilizados de forma online ao final de cada leilão no site da Conab, dos anos de 2006 a 2020. No total foram 4151 relatórios lidos, e suas informações compiladas em uma planilha no *Microsoft Excel*, para que fosse possível realizar a análise.

Os valores nominais da série histórica de preços foram deflacionados a partir do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), disponibilizado no portal do IPEA, tendo como valor de base para a atualização monetária o ano de 2020, e em seguida empregadas técnicas de descrição tabular e gráfica como forma de apresentá-los e sumará-los.

Após devidamente tabulados, os dados foram reagrupados pela data em que ocorreu o leilão, em ordem crescente e, somados por ano, pois os relatórios são

disponibilizados no dia em que ocorreu cada um dos leilões. O mesmo procedimento foi realizado para cada uma das modalidades operacionalizadas pela Conab, que foram reunidas diferentes abas de acordo com a modalidade e, posteriormente foram gerados os gráficos com a evolução destes nos últimos 14 anos.

Para a criação dos gráficos referentes à evolução total dos leilões públicos, leilões privados e para cada uma das bolsas, foi feito o somatório de todas as modalidades que compõem a categoria por cada um dos anos e posteriormente gerados os gráficos. A partir disso, foi possível fazer as comparações entre as categorias e trazer dados como diferenças percentuais entre modalidades.

Já para a análise qualitativa das entrevistas, foi utilizada a técnica de análise de discurso. Esta metodologia é considerada um campo de investigação com diferentes concepções, que se valem de métodos próprios para serem operados, pois seu objetivo é compreender o sentido que a palavra manifesta através do discurso, o que torna fundamental localizar a posição sócio-histórica do sujeito do discurso, sua ideologia, seu contexto e suas condições de inserção no mundo da cultura para entender o sentido e o significado do discurso (FARIA, 2015).

Por sua vez, Orlandi et al (1999), definem a análise de discurso como:

Como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

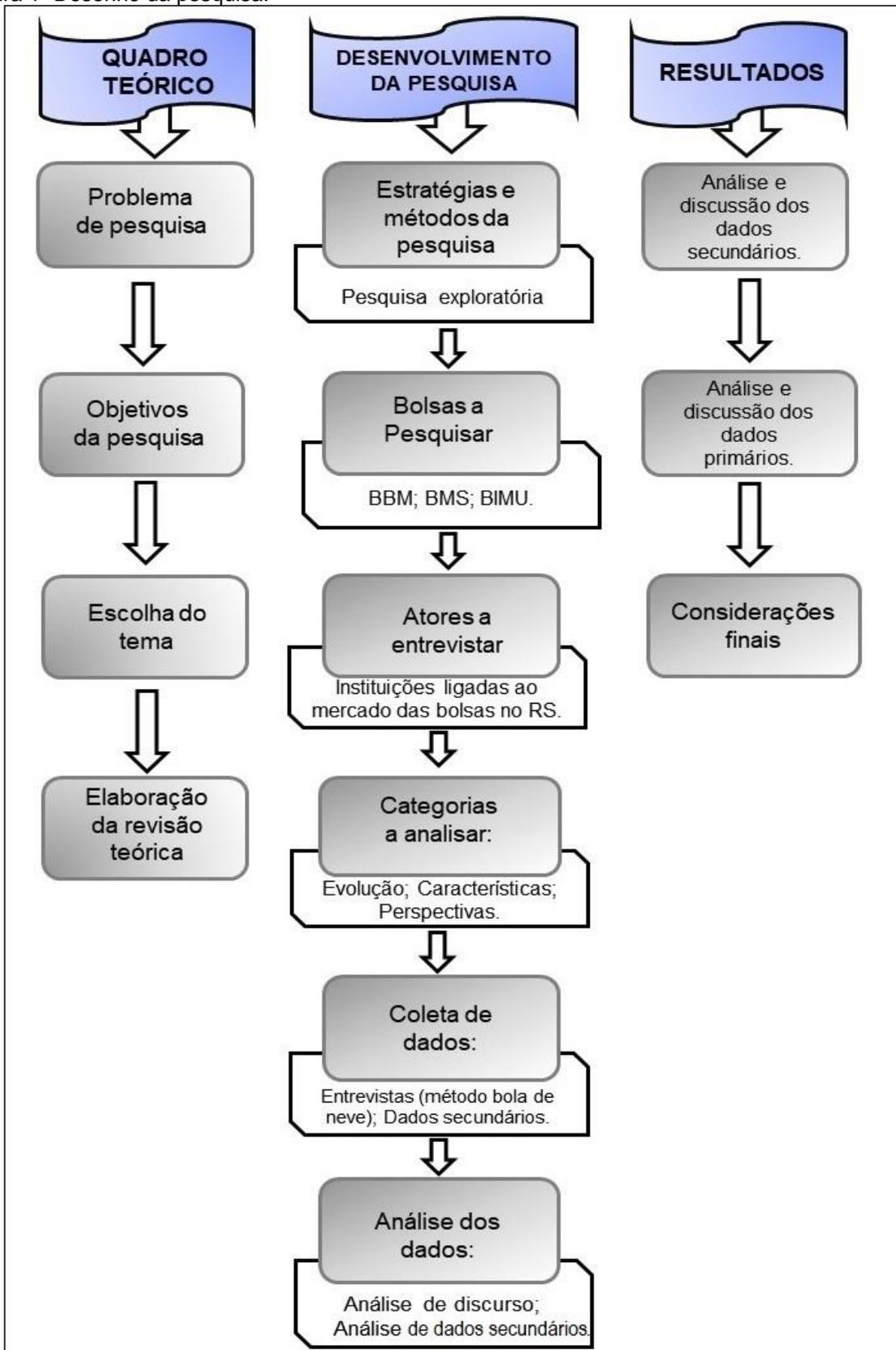
Além disso, os estudos analisados a partir da perspectiva desta metodologia possuem um caráter qualitativo e interpretativista, que irá estudar o objeto de investigação no seu ambiente natural na tentativa de dar sentido aos fenômenos levando em consideração os significados que as pessoas lhe atribuem. Não há análise quantitativa de dados(SILVA; ARAÚJO, 2017).

A maior diferença entre a análise de discurso para a análise de conteúdo, é que a primeira trabalha com o sentido; já a análise de conteúdo trabalha com a materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação. Enquanto a análise de discurso busca os efeitos de sentido relacionados ao discurso, a análise de conteúdo concentra-se apenas no conteúdo do texto, sem fazer relações além deste (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

No caso desta pesquisa, a análise de discurso esteve presente na interpretação do conteúdo das entrevistas, levando em consideração o momento como um todo, interessando-se pela história, vivências e trajetória profissional dos agentes entrevistados, buscando assim, explorar o máximo de detalhes do ambiente em que estão inseridas as bolsas atuantes no Rio Grande do Sul, não tendo como objetivo uma análise quantitativa do discurso dos entrevistados, mas sim, captar, de forma qualitativa, todas as vivências e experiências dos entrevistados sobre o mercado em estudo.

A seguir, na figura 1, é possível visualizar o desenho da pesquisa.

Figura 1- Desenho da pesquisa.



Fonte: Adaptado de Kochhann, 2017.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste capítulo, serão apresentados os resultados obtidos através da pesquisa, bem como a análise e discussão destas informações. As informações obtidas no levantamento a campo foram organizadas em três seções: Caracterização das Bolsas e da Companhia Nacional de Abastecimento; Análise da evolução da comercialização dos produtos agrícolas nas Bolsas de Mercadorias do Estado do Rio Grande do Sul; Análise das características, limitantes e perspectivas de comercialização nas Bolsas de Mercadorias do Estado Rio Grande do Sul.

### **4.1 Caracterização das Bolsas e da Companhia Nacional de Abastecimento**

#### **4.1.1 Bolsa Brasileira de Mercadorias**

Em 22 de outubro de 2002 a Bolsa Brasileira de Mercadorias começou a atuar, objetivando a implantação de um sistema organizado de comercialização que viabilizasse as condições necessárias para a formação de preços, bem como a participação da iniciativa privada no financiamento da produção agropecuária (SANTOS, 2005).

A bolsa é resultado de uma união das Bolsas de Mercadorias do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Goiás, do Mato Grosso, Uberlândia e Belo Horizonte em Minas Gerais e a participação majoritária da Bolsa de Mercadorias e de Futuros de São Paulo, que atualmente compõe a B3. Em 2014, houve o desligamento da BBM(BBM, 2021a).

Atualmente, a BBM tem sede administrativa na Cidade de São Paulo e unidades operacionais nas cidades de Porto Alegre – RS, Curitiba – PR e Uberlândia – MG. No Rio Grande do Sul, está sediada em um prédio central na cidade de Porto Alegre, onde realiza negócios com as seguintes mercadorias: arroz, milho, feijão, soja, trigo, farinha de mandioca, derivados de uva, sacaria, óleo de soja, espaguete, entre outros produtos para composição de cestas básicas, além de

frete. Dentre estes, o volume mais expressivo de negócios refere-se à arroz, trigo e milho (ENTREV01).

Além dos leilões da Conab a bolsa realiza leilões via seu sistema próprio, e ainda atua em diversos outros mercados, listados a seguir: Licitações Públicas (Pregão Eletrônico); Bolsa Agro; Bolsa Agro CPR; Bolsa Agro Seguros; Câmara Arbitral; Compras na Bolsa; Cotações Agrícola; Leilões Judiciais e Extrajudiciais; SINAG Registros; SINAP Algodão. É a Bolsa de mercadorias do Brasil com maior número de corretoras associadas e com maior volume de negócios agropecuários realizados (BBM, 2021a).

Até o momento da entrevista, a Bolsa Brasileira de Mercadorias e suas corretoras associadas (25 corretoras no RS), operavam basicamente nos mercados físico e de opções. Porém, no início de 2021 foram registradas as primeiras operações de travamento de preço em contrato futuro de arroz. No total foram dez contratos firmados no mês de janeiro de 2021, com um total de 5 mil toneladas de arroz negociadas (PRESSINOTT, 2021). Incentivados principalmente pela escassez do produto no segundo semestre de 2020 e os preços recordes, a indústria acabou cedendo a um desejo antigo dos produtores. A discussão sobre a comercialização de arroz em mercados futuros veio à tona nas entrevistas, e será discutida posteriormente no capítulo relacionado aos resultados das entrevistas.

#### **4.1.2 Bolsa de Mercadorias da Metade Sul**

A BMS foi criada no ano 2000, por iniciativa da FMC *Agricultural Products* (a sigla inicialmente representava as iniciais de *Foods Machine Corporation*, porém por ter o Brasil como carro-chefe na área agrícola, a sigla FMC atualmente é definida como Fazer Mais pelo Campo) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel), associada a dez corretoras das principais regiões de comercialização de arroz do Rio Grande do Sul (PLANETA ARROZ, 2006).

Na sua criação, o objetivo da bolsa era proporcionar alternativas de comercialização que fornecessem melhores preços aos produtores e atendessem às necessidades de volume e qualidade de toda a cadeia produtiva (PLANETA ARROZ, 2006).

De acordo com o ENTREV03, em sua história, a bolsa operou mais negócios de arroz, principalmente justificado por sua localização e origem e, ainda muito em função da origem dos seus corretores, que operavam principalmente negócios de arroz a zona sul do estado, região em que a bolsa está localizada. A bolsa chegou a operar com outros produtos, como vinho, uva, coco, mas em quantidades muito baixas quando comparadas ao seu produto principal, o arroz.

A região em que a bolsa está situada se caracteriza pela grande disponibilidade de água para a irrigação para a cultura do arroz, em função das lagoas existentes. Há, entretanto, necessidade de que essa água seja conduzida a grandes distâncias, aumentando assim, o custo da irrigação. Principalmente nessa região, ações de semeadura, colheita e outras práticas de cultivo necessitam ser realizadas em períodos curtos e bem definidos, tendo como consequência um maior investimento em máquinas e equipamentos (SANTOS, 2005).

Na última safra, 2019/2020 a região obteve a segunda maior produtividade média do estado, atingindo 8.788 kg/ha (IRGA, 2020). Entre os principais municípios produtores podemos citar Pelotas, Santa Vitória do Palmar e Chuí.

A bolsa opera exclusivamente com a modalidade dos leilões da Conab, onde, são realizados a negociação de produtos agropecuários pela Companhia com uma intermediação realizada pela bolsa (PGPM, vendas públicas, compras públicas, leilões privados realizados pela companhia, entre outros). E, como os leilões da companhia acontecem em duas modalidades no mercado físico e de opções, a BMS acaba atuando somente nesses dois mercados. Em setembro de 2020, não foi feita a renovação do contrato com a companhia, como uma estratégia para redução de gastos de manutenção da bolsa, fato motivado principalmente em função do baixo volume de negócios de arroz em leilões do governo, dado que, o último grande leilão da PPGM de arroz aconteceu em maio de 2018 (ENTREV03).

A expectativa é quando voltar a ocorrer os leilões de arroz, possa ser assinado um novo contrato com a Companhia e que a bolsa volte a operar no mercado (ENTREV03).

### **4.1.3 Bolsa Internacional de Mercadorias de Uruguaiana (BIMU)**

A BIMU foi fundada em 1994 na cidade de Uruguaiana, uma das maiores regiões produtoras de arroz do estado e, que se destaca por ser uma grande produtora de alimentos, além de ser uma região estratégica pois cobre toda a metade oeste do Rio Grande do Sul, e o países dos vizinhos, Argentina e Uruguai, além disso a região é próxima dos produtores e diretamente ligada aos principais centros consumidores. Porém, apesar da localização da bolsa, nos dias atuais os negócios estão sendo realizados apenas no Brasil (ENTREV02).

A bolsa conta atualmente com 11 corretoras associadas, e com negócios voltados principalmente para a cultura do arroz, atuando tanto com os negócios do governo, através dos leilões da Conab (PGPM, vendas públicas, compras públicas, leilões privados realizados pela companhia, entre outros), como da área privada pelo seu sistema próprio de comercialização (ENTREV02). Quanto às modalidades em que opera, a bolsa atua nas modalidades de leilões físicos e de opções.

Os negócios, assim como na BMS concentram-se principalmente na cultura do arroz, fator motivado pela localização de bolsa e especialmente pela especialização dos seus corretores, devido ao fato de Uruguaiana ser uma das principais regiões produtoras de arroz do país.

Localizada na Fronteira Oeste, que é conhecida nacionalmente pela alta produtividade de arroz irrigado, onde, para obterem ganhos de produtividade e redução de custos de produção os orizicultores estão constantemente buscando maior eficiência no uso dos fertilizantes e corretivos da acidez do solo. São lavouras de médio e grande porte, onde a alta produtividade deve-se às condições climáticas favoráveis, ao elevado nível tecnológico empregado no cultivo do arroz irrigado, uso intenso dos insumos agrícolas e pela geomorfologia da região que possibilita a construção de reservatórios para o acúmulo de água (SANTOS, 2005).

Na última safra, 2019/2020 a região que atingiu a maior produtividade média do estado, atingindo 9.091 kg/ha (IRGA, 2020), e entre os principais municípios produtores estão São Borja, Uruguaiana e Alegrete.

Porém, apesar da atuação tanto em leilões via bolsa como no seu sistema próprio da bolsa, em 2019 e 2020 os leilões de arroz, principal mercado da bolsa, acabaram não ocorrendo, mas, apesar disso, a bolsa renovou contrato com a Conab e, segue atuando na região (ENTREV02).

#### **4.1.4 A Companhia Nacional de Abastecimento- Conab**

A Companhia Nacional de Abastecimento é uma empresa pública com sede em Brasília, e superintendências distribuídas nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Além das sedes das superintendências, a empresa possui mais 64 Unidades Armazenadoras espalhadas por diversos municípios, como armazéns convencionais, graneleiros, portuários, que são capazes de estocar diversos produtos agrícolas e garantir a soberania alimentar da população (CONAB, 2017a).

A companhia possui uma importância estratégica ao fornecer para o Governo Federal dados técnicos para apoiar a sua tomada de decisão quanto à criação de políticas voltadas à agricultura, disponibilizando informações detalhadas e atuais sobre a produção agropecuária nacional, através de levantamentos de previsão de safras, de custos de produção e armazenagem, de posicionamento dos estoques e de indicadores de mercado, além de estudos técnicos que viabilizam a análise do quadro de oferta e demanda, dentre outros dados (CONAB, 2017a).

Também atua promovendo a segurança alimentar e nutricional, com ações de abastecimento social, como: atendimento emergencial, ajuda humanitária internacional, doação de cestas e distribuição de cestas, além de executar o programa vendas de balcão (ENTREV05).

Além disso, a companhia participa ativamente em diversas etapas da Política de Garantia de Preços Mínimos (Plano Agrícola, normatização, planejamento e execução dos instrumentos), que é uma relevante ferramenta para diminuir flutuações na renda dos produtores rurais e garantir uma remuneração mínima, atuando como balizadora da oferta de alimentos, estimulando ou desincentivando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional (CONAB, 2017b).

Algumas modalidades da PGPM são realizadas por meio de leilões eletrônicos, os quais, são executados com os recursos da tecnologia da informação e são interligados com as Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros, por intermédio do Sistema de Comercialização Eletrônica (SEC), até o momento. A companhia está em processo de transição para um novo sistema, o SISCOE, que está ainda em fase de testes, mas que trará melhorias como a possibilidade do acesso aos leilões de qualquer local, o que antes era somente possível das bolsas de mercadorias ativas no sistema da Companhia (ENTREV05).

Além das operações da PGPM, são exercidas ainda operações de vendas públicas, compras públicas e leilões privados via sistema da Conab que também são operadas por meio de leilões, com a participação das bolsas de mercadorias e futuros.

Sendo assim, a Conab atua como um órgão executor da política agrícola no Brasil, contribuindo para a regularidade do abastecimento e formação de renda do produtor rural, através de diversos eixos de atuação. No que se refere as operações realizadas pela instituição através do seu sistema eletrônico de comercialização com a participação das bolsas, serão definidas a seguir, de acordo com a regulamentação da Conab (2021), cada uma das modalidades, as quais, são classificadas em duas categorias, os leilões públicos e leilões privados.

- Leilões Públicos:

- Compra pública - é realizada a compra de produtos destinados a atender as atividades finalísticas da Conab e/ou para atendimento às operações emergenciais definidas em legislação específica pelo Governo Federal.

- Venda pública - venda de produtos agropecuários dos estoques públicos geridos pela Conab. É executado quando ocorre a necessidade de o governo interferir no mercado, venda com ou sem subvenção, para regular preços e abastecer segmentos consumidores por meio de escoamento do produto.

- Troca pública - consiste na venda de produtos pertencentes aos estoques da Conab e é realizada a compra simultânea de produtos para atender as atividades finalísticas da Conab. Essa modalidade é executada para atendimento aos programas de abastecimento com vistas ao abastecimento interno e suprimento de comunidades carentes ou movimentos sociais desassistidos temporariamente ou não.

- Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP) - é uma subvenção econômica paga àqueles que se disponham a comprar o produto determinado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou cooperativa, pelo valor do preço mínimo fixado, e a realizar seu escoamento ou de seus derivados de acordo com as condições previstas no aviso do leilão. Esse instrumento é lançado quando o preço de mercado de um determinado produto está abaixo do preço mínimo.

-Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) - é uma subvenção econômica concedida ao produtor rural ou cooperativa de produtores rurais e faz parte da PGPM. Essa modalidade visa a complementar o valor recebido pela venda de um produto para que atinja o valor do preço mínimo, desde que esse produto seja escoado de acordo com as condições previstas no aviso específico do leilão divulgado na página da Conab.

-Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos (VEP) – é um mecanismo destinado para quem se disponibiliza a comprar a mercadoria do Governo Federal e efetuar o escoamento para uma região antecipadamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção. A venda dos estoques públicos é realizada quando há necessidade de intervenção no mercado, pelo governo, para regular preços e abastecer alguma região por meio de escoamento.

-Contrato de Opção de Compra Público - é uma categoria de seguro de preços que dá ao consumidor o direito – mas não a obrigação – de comprar o produto do estoque do governo, numa data futura, a um preço antecipadamente fixado, sendo esta modalidade uma política de retorno dos estoques do Governo Federal ao mercado. Esse tipo de contrato é lançado quando o governo tiver necessidade de complementar oferta e sinalizar preço futuro. Para ter direito de adquirir produto do estoque, o interessado terá que oferecer, no leilão da Conab, o valor que ele julga que pode pagar por esse seguro de preços, sendo que, esse valor é denominado Prêmio.

-Contrato de Opção de Venda Público - é uma modalidade de seguro de preços que dá ao produtor rural e/ou sua cooperativa o direito – mas não a obrigação – de vender seu produto para o governo, numa data futura, a um preço antecipadamente fixado e faz parte da PGPM. Essa modalidade é lançada quando o mercado está abaixo ou com tendência a alcançar valor menor que o preço mínimo e o governo tem interesse de sinalizar preço futuro para o mercado. Ainda, esse instrumento permite formar estoques públicos e também serve para proteger o produtor rural e as cooperativas contra os riscos de queda nos preços.

-Repasse de Contrato de Opção - ocorre quando um interessado recebe a permissão do titular do contrato de opção para que participe do leilão de prêmio de repasse do contrato, adquirindo um prêmio para assumir todas obrigações que antes eram do governo na aquisição dos contratos, inclusive as despesas indenizáveis. O arrematante do prêmio tem o dever de comprovar a compra do produto, obedecendo

aos prazos e condições estabelecidas no aviso específico para o recebimento do prêmio. O titular da opção ao dar autorização para a venda de seus contratos no leilão de repasse desobriga o governo de adquirir o seu produto.

-Recompra de Contrato de Opção - estes leilões ocorrem quando o proprietário do contrato faz a opção de participar do leilão de Prêmio para a recompra dos seus contratos, arrematando um prêmio para desistir da opção de exercer o direito de vender o seu produto para o governo. O titular da opção ao participar do leilão de recompra, desobriga o Governo Federal de adquirir o seu produto.

-Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato de Opção de Venda Privado (PROP) - é uma subvenção econômica concedida aos participantes que tenham interesse em adquirir, em data futura, o produto diretamente de produtores e/ou cooperativas pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, por meio da oferta, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda. O PROP é lançado quando estudos de mercado indicam que o preço futuro de determinado produto estará abaixo do preço mínimo e o governo tem interesse de interferir sinalizando uma aquisição, em uma data futura, por valor superior ao preço mínimo.

-Contratação de Fretes - a Conab pode efetuar a contratação direta de serviços de fretes, para as operações de retirada de produtos, ou por meio de leilões, com o uso de recursos das Bolsas de Mercadorias.

- Leilões Privados:

- Compra privada - consiste na compra de produtos para atender demandas de terceiros, são operados por meio do Sistema de Comercialização Eletrônica da Conab, capacitado a realizar negociações, na forma do Regulamento para Operacionalização do Sistema de Comercialização Eletrônica da Conab vigente.

- Venda privada - consiste na venda de produtos pertencentes a terceiros por demanda destes, via sistema da Conab vigente.

- Troca privada - consiste na venda de produtos pertencentes a terceiros e compra simultânea de produtos para atender demanda destes, via sistema da Conab vigente.

- Contrato de Opção de Venda Privado - originário da operação de Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (Prop), o Contrato Privado de Opção de Venda é lançado quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo e o Governo tem interesse de sinalizar preço futuro para o mercado e garantir renda ao produtor rural.

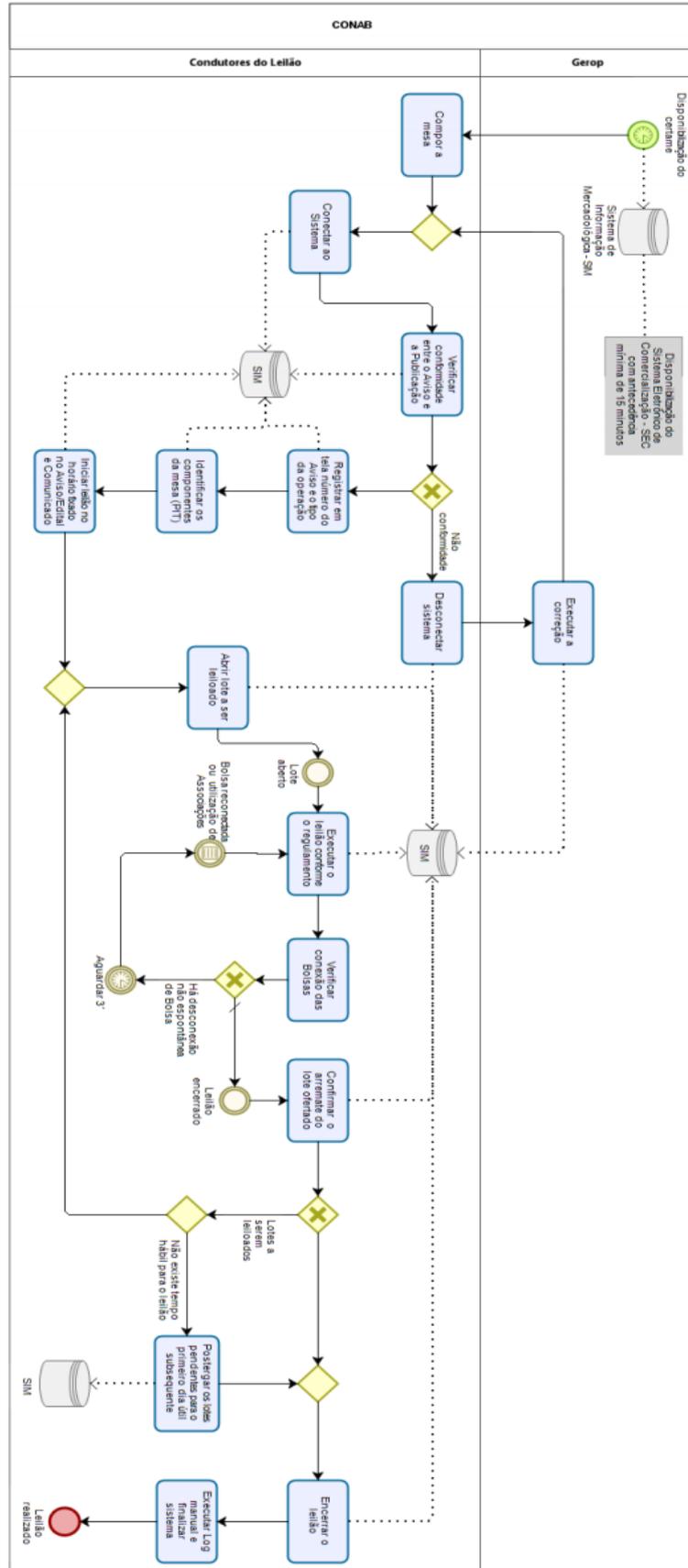
- Contrato de Opção de Compra Privado - semelhante ao contrato de opção de venda privado, este é lançado quando o Governo tiver necessidade de complementar oferta e sinalizar preço futuro.

Ainda, é importante ressaltar que todos os leilões, tanto públicos como privados, são divulgados por meio de um aviso específico no site da Conab, no prazo mínimo de cinco dias úteis antecedentes à realização do leilão eletrônico. Para os leilões de comprar públicas esse prazo mínimo deve ser de oito dias úteis.

As figuras 2 e 3 a seguir, trazem mapeados o processo de funcionamento de um leilão.



Figura 3–Leilão



Fonte: Santos Neto (2019, p. 43)

## **4.2 Análise da evolução da comercialização dos produtos agrícolas nas Bolsas de Mercadorias do Estado do Rio Grande do Sul**

Inicialmente, antes de se começar as discussões desta seção, precisa-se definir duas terminologias muito utilizadas quando refere-se às negociações nas bolsas, os termos leilões e pregões, porém, ambos possuem conceitos diferentes e é importante que esta diferença fique bem clara. De acordo com o ENTREV01, “o termo leilão refere-se ao processo de venda, é quando o órgão está vendendo, neste caso ele está leiloando, já o pregão é justamente o contrário, é quando o órgão está comprando”, para os leilões teremos a figura do leiloeiro, já nos pregões está figura passa a ser o pregoeiro. Entretanto, como focar-se-á a discussão nos dados relativos aos leilões da Companhia Nacional de Abastecimento e, a Conab, trata tanto as operações de compra como de venda no seu site utilizando o conceito de leilões, usaremos a terminologia de leilões de compra e leilões de venda também ao longo das discussões neste trabalho.

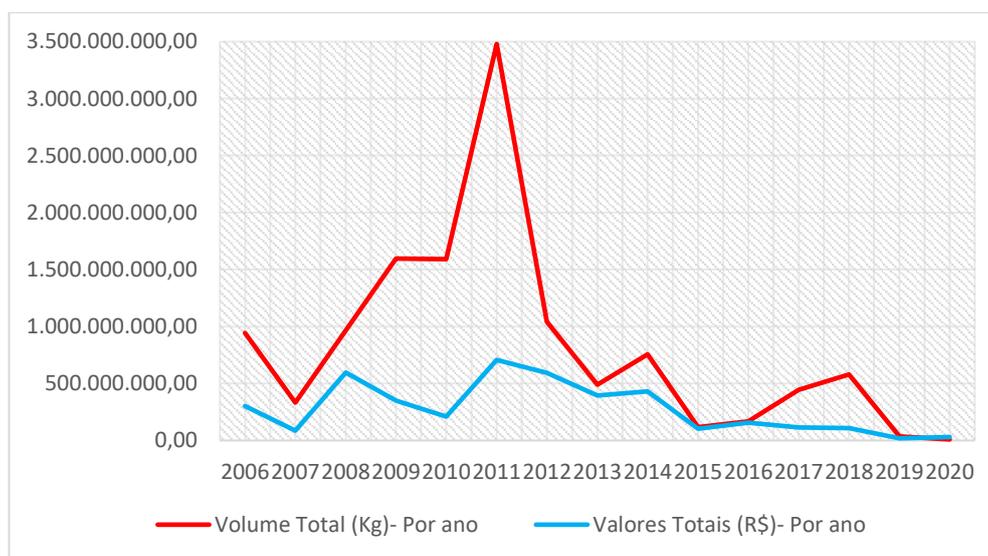
Os leilões da Conab com a participação das bolsas de mercadorias dividem-se em duas grandes categorias, os públicos e privados, e dentro destas categorias existem várias modalidades que são operacionalizadas, que foram definidas na seção anterior. No decorrer desta seção, serão discutidos os dados relacionados a estes leilões, com a intenção de situar o leitor sobre a evolução destes nos últimos 14 anos, evidenciando as principais modalidades operacionalizadas, algumas peculiaridades e características e, é realizada uma discussão apoiada nas entrevistas realizadas, para que seja possível fazer uma análise comparativa dos dados primários e secundários, visto que os atores entrevistados têm larga experiência e vivência no mercado das bolsas e isso torna possível uma discussão com uma maior riqueza de informações.

Vale ressaltar que os leilões do governo são realizados no sistema próprio da Conab (SEC, no momento em transição para o SISCOE) e, nesse caso as bolsas atuam como um intermediário:

Uma coisa é o sistema bolsa tem, que as prefeituras e órgãos públicos se utilizam pra fazer os seus leilões ou pregões. Outra coisa é a Conab que quando quer fazer os seus leilões de produção agrícola, a gente utiliza o sistema da Conab e faz lá esses leilões. ENTREV01.

Na sequência, a figura 4 traz os dados referentes ao volume e valores totais, deflacionados para o ano-base de 2020, dos leilões públicos em que as três bolsas em estudo participaram como arrematantes no período de 2006 a 2020.

Figura 4- Evolução dos leilões públicos que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios de leilões públicos divulgados pela Conab (2021).

Dentre as duas categorias, dos leilões públicos e privados, os leilões públicos são a principal classe de leilões executados pela Conab com a interligação das bolsas de mercadorias.

Os leilões públicos são compostos por 12 modalidades de leilões, sendo que, entre essas, duas modalidades não foram executadas no período abrangido pela pesquisa, sendo elas: COC e Repasse de contrato de opção. Além disso, os leilões de fretes, PROP, recompra COV e VEP aconteceram com uma baixa frequência. Esse desuso de algumas modalidades foi identificado durante as entrevistas:

Tem outras modalidades que a gente não executa já há alguns anos. Mas, eu nem sei te falar como funciona, porque eu nunca executei, mas elas existem, mas estão “aposentadas”. ENTREV04

Um ponto que chama a atenção é o comportamento descendente da curva dos leilões a partir do ano de 2011, exceto nos anos de 2014 e 2018, que ocorreu uma leve suba na curva, pois nestes anos foram realizados leilões da PGPM, que se caracterizam por volumes maiores comparadas as outras modalidades (ENTREV04).

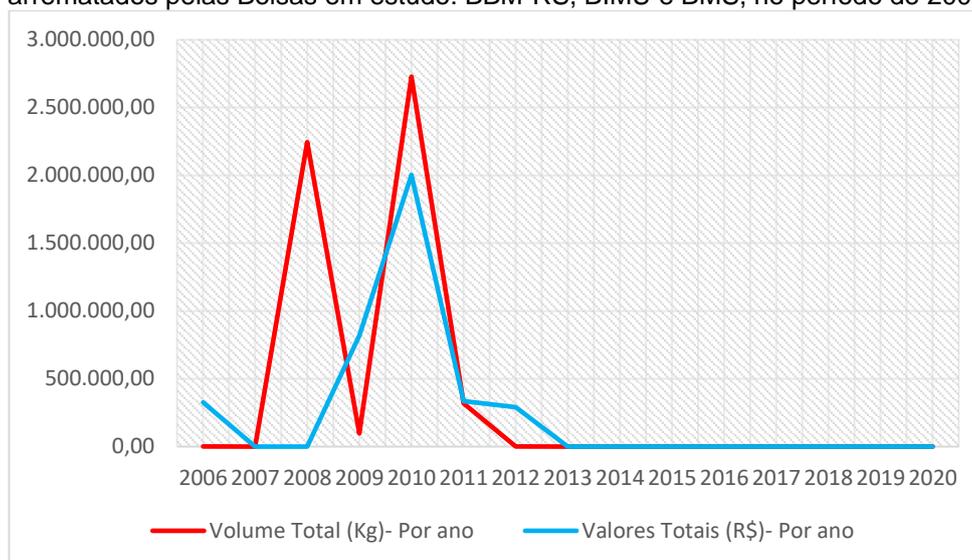
O ano de 2011 destaca-se com um grande volume comercializado, fato que se deve principalmente por no ano ter ocorrido leilões da maioria das modalidades, exceto COV, recompra COV, PROP e fretes. Neste ano, foi comercializado um montante de aproximadamente 550 milhões de reais na modalidade de leilões públicos, valores estes já deflacionados para o ano-base de 2020.

Este ano destaca-se ainda pelos volumes históricos recordes de PEP e venda pública nos 14 anos da série analisada, onde foram comercializados grandes volumes de trigo em leilões de venda pública e trigo e arroz em casca nas operações de PEP. Apesar disso, percebe-se que em valores comercializados esse pico praticamente desaparece, fato esse que pode ser explicado pelo grande volume comercializado nos leilões de PEP, sendo que os valores de abertura e fechamento no caso de leilões de PEP E PEPRO são menores, pois referem-se a um prêmio pago pelo governo às cooperativas, produtores ou terceiros para o escoamento do produto, já os leilões de compra e venda que tem como base o preço de mercado na hora desse processo de comercialização.

Na categoria dos leilões públicos, as quatro principais modalidades operadas nos últimos anos são: Compra pública, venda pública, PEP e PEPRO, que correspondem a 88 % do valor total comercializado no período e, por este motivo, serão discutidos mais detalhadamente posteriormente neste trabalho.

A seguir, a figura 5 traz os dados referentes as operações realizadas na categoria dos leilões privados.

Figura 5- Evolução dos leilões privados que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios de leilões privados divulgados pela Conab (2021).

Como podemos observar os volumes e valores comercializados via leilão privados ainda são bem reduzidos quando comparados aos leilões públicos, porém, o ENTREV 04 reforça em sua fala, que acredita ser uma modalidade de leilões em que vai aumentar muito a participação das bolsas e, que a Conab vem investindo nos últimos anos, os dados e detalhes sobre essa modalidade de leilões podem ser acessados no site da Conab na modalidade chamada como “Leilões para você”.

Nessa modalidade destacam-se como principais arrematantes as seguintes bolsas: BMCS (Bolsa de Mercadorias e Cereais de Sinop), BBSB (Bolsa de Mercadorias de Brasília), BBM-UB (Bolsa Brasileira de Mercadorias-Uberlândia/MG), BCMM (Bolsa de Cereais e Mercadorias de Maringá) e BNM (Bolsa Nacional de Mercadorias - Brasília). Dentre as modalidades, a principal modalidade operada é a venda privada, porém, como citado anteriormente em um número ainda é muito inferior quando comparado aos leilões públicos.

A Conab tem focado nesses leilões e, também leilões de vendas que se enquadram em privados que são os de vendas de produtos apreendidos pela Polícia Federal, que inclusive é uma outra coisa que a gente tá querendo colocar aqui no Rio Grande do Sul, na parceria com a Polícia Federal. Eu sei que teve muito no Norte agora, acho que foi em Rondônia, que teve bastante venda de produtos apreendidos. ENTREV04.

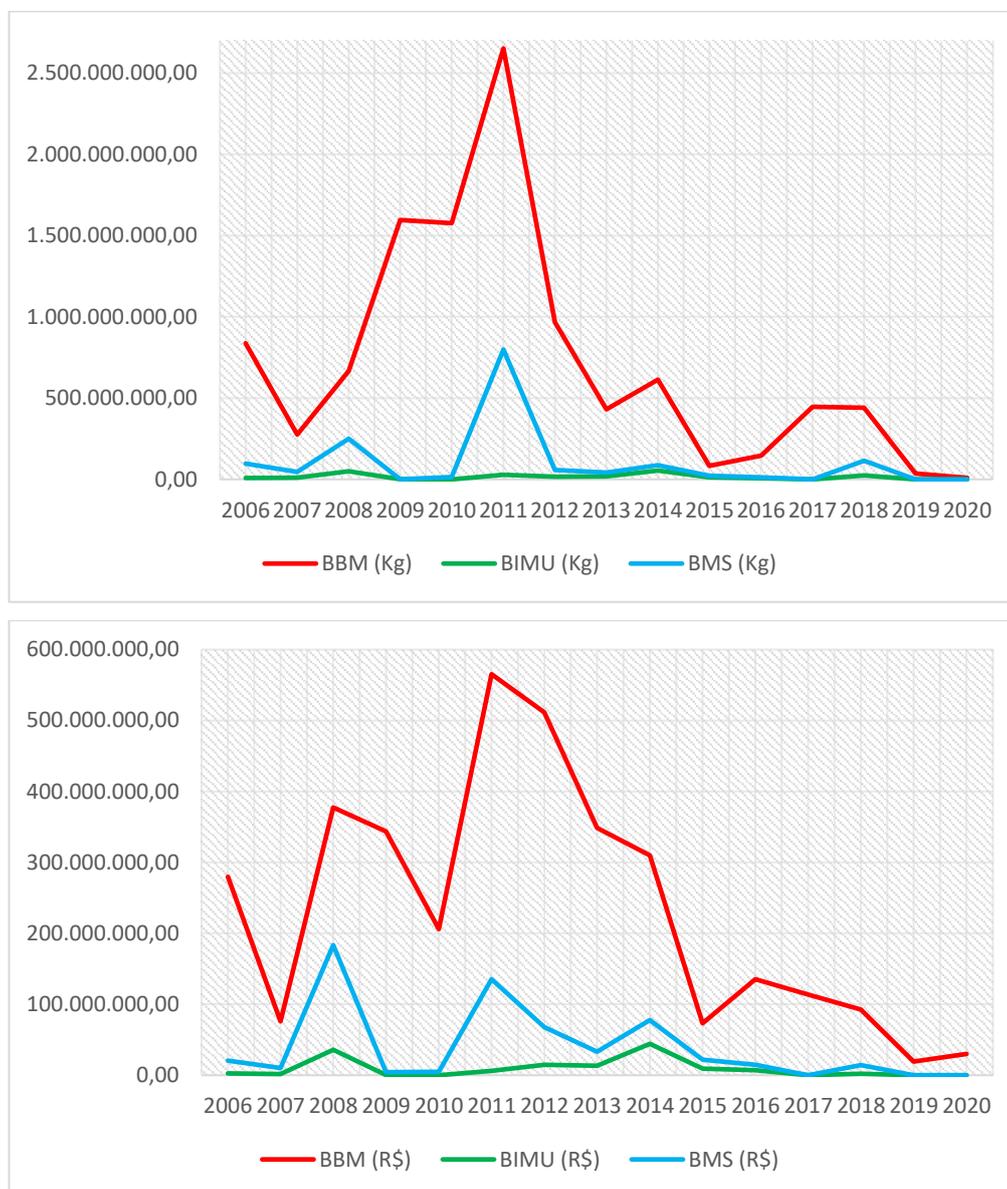
Para essa categoria é disponibilizado o Sistema de Comercialização Eletrônica da Conab para operacionalização de leilões eletrônicos para terceiros interessados em vender, comprar ou trocar produtos. A execução é oferecida de forma totalmente gratuita ao demandante, dado que o custo operacional é do arrematante do negócio (CONAB, 2021).

Entre os produtos ofertados nestes leilões, podem ser citados: milho, café, sorgo, soja, farinha de mandioca, trigo, milheto, madeira, cana-de-açúcar, feijão, coco, arroz, alpiste, ervilha, bovinos, castanha, arroz semente. Dentre esses produtos, BBM/RS, BMS e BIMU, arrematam principalmente arroz, mas além deste, foram arrematadas cotas para importação de coco e alpiste. Apesar disso, os leilões privados quando comparados com os leilões públicos respondem por apenas 0,1% dos valores comercializados nas três bolsas, em leilões da Conab.

Estes leilões eletrônicos privados podem ser solicitados por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, interessados em vender, comprar ou trocar produtos. Além disso, dentre as mercadorias ofertadas nos leilões privados incluem-se produtos apreendidos pelo IBAMA em decorrência de infração ambiental, produtos apreendidos por determinação da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual por meio de Medida Cautelar, produtos originários de ações de supressão vegetal do Projeto de projetos em andamento, entre outros (CONAB, 2021).

Para que seja possível realizar uma análise mais detalhada do cenário de comercialização agrícola pelas três bolsas analisadas, a seguir, a figura 6 traz informações sobre os volumes e valores totais comercializados por cada uma das bolsas no período estudado, relacionado aos leilões públicos, o que possibilitará visualizar melhor a evolução das três bolsas estudadas e fazer um comparativo sobre os negócios realizados por cada instituição.

Figura 6- A) Evolução dos volumes comercializados em leilões públicos que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. B) Evolução dos valores reais comercializados em leilões públicos que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios de leilões públicos divulgados pela Conab (2021).

Como é possível visualizar, a BBM/RS destaca-se como arrematante do maior número de operações e, algumas particularidades podem ser citadas para uma possível explicação para esse destaque nos volumes arrematados, dentre eles, a bolsa de Porto Alegre participa como arrematante de uma grande diversidade de produtos, desde trigo, arroz e milho, que são os três principais produtos comercializados, em volume e valor, de acordo com o ENTREV01, e que pode ser

confirmado pelos dados coletados na série histórica, passando por leilões de fretes, leilões para a compra de produtos para as cestas básicas, como espaguete, farinha de trigo, farinha de mandioca, leilões de troca pública, PEP, PEPRO, até leilões de compra de sacaria de polipropileno.

Além disso, a BBM/RS possui um número maior de corretoras associadas, fato decisivo na hora de realizar os arremates pois são os corretores que estão em contato direto com os compradores e vendedores e, ademais, a bolsa faz parte de uma rede de bolsas de mercadorias, formada por quatro unidades localizadas em diferentes estados do Brasil, fator esse citado pelo ENTREV04, e que pode auxiliar em um melhor planejamento, direcionamento de estratégias e conseqüentemente uma maior abrangência de atuação, resultando em maiores volumes comercializados.

Com relação às sacarias de polipropileno arrematadas pela BBM/RS, estas são utilizadas para o programa de venda em balcão do milho subsidiado da Conab e, de acordo com o ENTREV04, é um milho que é vendido por um preço menor que o de mercado, em quase todos os estados do Brasil, exceto os que são superavitários em produção de milho, que são três estados, e por esse motivo, estes não têm programa de venda em balcão. Em alguns estados, o produto é vendido já ensacado, como é o caso de alguns estados do Nordeste, e a Conab necessita realizar a compra dessa sacaria via leilão.

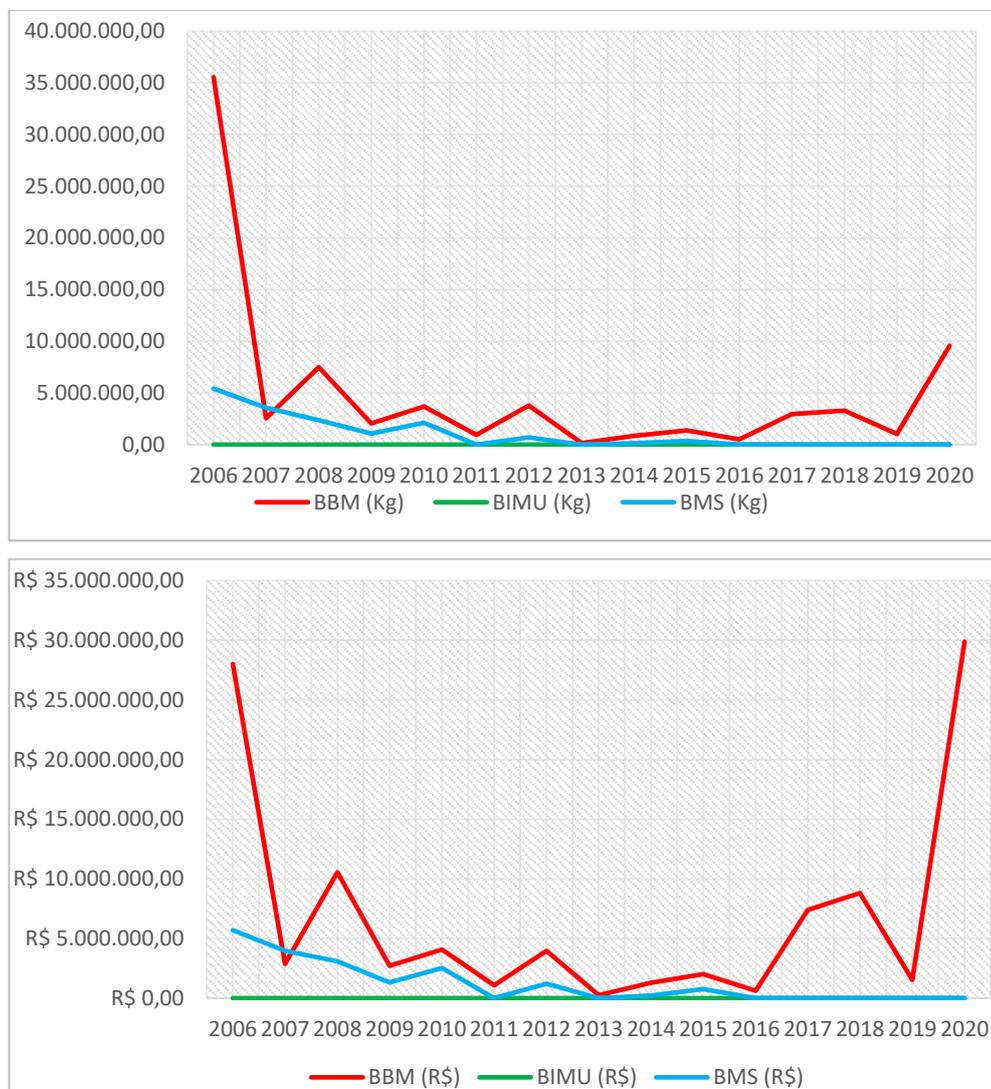
Ainda, apesar das bolsas de Pelotas e Uruguaiana serem especializadas na comercialização basicamente de arroz, e a bolsa de Uruguaiana estar localizada na maior região produtora de arroz do estado, a bolsa de Pelotas destaca-se por um maior volume comercializado dentre as duas.

Esse dado reforça uma especificidade bastante focada nas entrevistas, em que a região de localização não exerce uma grande influência no quesito volume comercializado pela bolsa, dado que, a bolsa pode estar localizada em um estado diferente do que o produto está depositado, porém possuir corretores associados a bolsa, que residem na região ou possuem contatos com os vendedores e compradores que possuem interesse no produto. Para exemplificar melhor essa questão, o ENTREV04 citou o caso de uma bolsa de Brasília que se especializou em leilões de compra pública e possui corretores espalhados por várias regiões, que acabam arrematando a maioria dos leilões que ocorrem nesta modalidade.

Por outro lado, apesar da diferença entre volumes e produtos comercializados nas três bolsas abordadas na pesquisa, ambas apresentam as características de comercialização que se aproximam de uma estrutura de monopólio discriminador perfeito, dado que, nos leilões públicos sempre terá de um lado como ofertante ou demandante a Conab. Nesse caso, por exemplo, em um leilão de venda de produtos pela instituição, quem necessita do produto com maior urgência irá pagar mais e à medida que o interesse vai diminuindo o preço também tende a baixar, onde, regras semelhantes com a da concorrência perfeita acabam surgindo, dado que, a intenção da Conab é maximizar a comercialização para garantir o abastecimento de determinado produto, atendendo a todos interessados e, reforçando deste modo o papel social da Companhia.

Na sequência serão discutidos mais detalhadamente os dados referentes à quatro das principais modalidades operadas em leilões públicos da Conab, em questão de volume e valores, e frequência com que tem ocorrido os leilões. A seguir, na figura 7, podemos analisar a evolução dos leilões de compra pública através dos anos.

Figura 7- A) Evolução dos volumes comercializados em leilões de compra pública que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. B) Evolução dos valores reais comercializados em leilões de compra pública que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios de leilões públicos divulgados pela Conab (2021).

Quando nos referimos aos leilões de compra pública devemos focar nas principais finalidades para que estes vêm sendo realizados nos últimos anos. Atualmente, eles são usados para suprir as necessidades da Conab principalmente para adquirir alimentos que irão compor cestas básicas para a população em vulnerabilidade.

De acordo com o ENTREV04, estes leilões geralmente são realizados em parceria com algum Ministério e, os últimos realizados se referiram a compra de produtos para montagem de cestas básicas para quilombolas e indígenas.

Atualmente, são os leilões que vêm ocorrendo com uma maior frequência. Esta maior frequência citada não tem uma ligação com um maior volume comercializado, até mesmo porque os leilões da PGPM quando ocorrem, as operações são em volumes muito maiores, tanto financeiro como em quantidade, porém essa é a modalidade de leilões que vêm acontecendo com uma maior regularidade.

Apesar disso, durante as entrevistas foi possível identificar uma certa insatisfação de alguns entrevistados, relacionada a esses leilões de compras de produtos básicos, pois segundo o ENTREV03 “O pessoal comenta que esses leilões do governo remuneram muito mal as indústrias”.

Volumes baixos pra entregar lá no interior de Pernambuco, no interior de Roraima, então assim, é um negócio que são atendidos muito localmente, por indústrias lá localizadas. Então, é difícil ter um melhor aproveitamento dessa ferramenta agora, com as opções oferecidas. ENTREV06

Pequenos volumes, pequenas entregas em cada cidade, e as indústrias aqui da zona sul que é geralmente quem a gente tem melhores contatos, eu acho que eles acabam nem participando. ENTREV03

Para a composição destas cestas básicas para a população em situação de insegurança alimentar são adquiridos oito produtos básicos através dos leilões de compra pública, que podem variar de acordo com a região e o hábito alimentar daquela população, entre eles podemos citar: arroz, espaguete, leite em pó, farinha de trigo, açúcar, feijão, fubá de milho, óleo de soja e, dependendo do local, em alguns casos flocos de milho e farinha de mandioca.

Ainda, dentre esses, arroz é o produto que vai em maior quantidade, porém quando questionado se esse produto era comercializado em grande maioria pelas bolsas em estudo, dado que o estado do Rio Grande do Sul, onde as três bolsas estão localizadas é o maior produtor desta *commodity*, o ENTREV04 esclareceu que apesar de ser o maior produtor, esse detalhe não tem uma relação tão direta assim, porque apesar da grande parte das indústrias de arroz se concentrarem no estado do Rio Grande do Sul, o produto pode ser arrematado por um corretor que é vinculado a bolsa com sede em outro local.

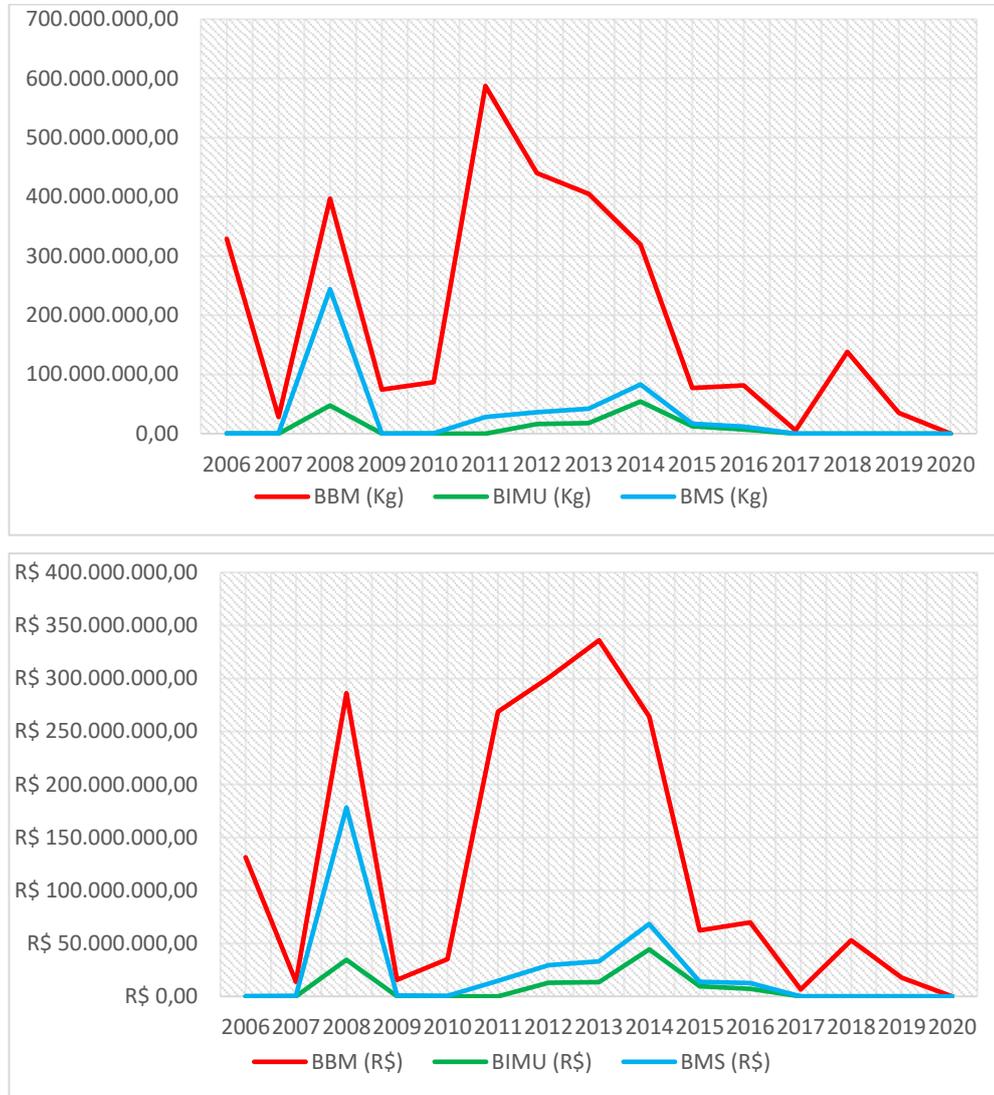
Aliás, atualmente, a bolsa que arremata o maior número de leilões de compras públicas pra composição de cestas básicas é de Brasília, a Bolsa Nacional de Brasília. De acordo com o ENTREV04, nesse caso, inclusive é uma única corretora que é especializada em arrematar nesses leilões que financeiramente para os corretores não são muito atrativos, como pode ser identificado na fala dos entrevistados, porque o volume financeiro não é muito alto.

Ainda, quando nos referimos aos leilões em bolsas, como, por exemplo, nesta modalidade de compras públicas, se o produto for adquirido diretamente do produtor, poderíamos associá-lo a um canal de nível zero, pois a venda é realizada diretamente do produtor ao comprador, como foi discutido na seção 2.1, onde, teríamos a participação de um intermediário, neste caso o corretor, que é imprescindível para o acesso e fechamento de negócios por esse canal de comercialização. Porém, os corretores atuam apenas como representantes de seus clientes e, portanto, não há transferência de propriedade do produto, logo, por este motivo não devem ser contados como mais um nível no canal de comercialização.

Já as bolsas, em todo esse processo de comercialização desempenham uma função de organizações auxiliares, que atuam auxiliando os intermediários na execução de suas tarefas. Nesse caso, elas prestam serviços informativos, reguladores, de fiscalização e outros.

A próxima modalidade que será discutida são as vendas públicas, onde a figura 8, traz os dados referentes a esta modalidade de leilão público.

Figura 8- A) Evolução dos volumes comercializados em leilões de venda pública que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. B) Evolução dos valores reais comercializados em leilões de venda pública que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios de leilões públicos divulgados pela Conab (2021).

No caso da venda pública ocorre justamente o contrário, essa modalidade faz parte do grupo de saídas da Conab, onde o governo vende seus estoques adquiridos nas ações de PGPM e AGF (Aquisição do Governo Federal) e, tem sido bastante usada nos últimos anos. As últimas operações registradas de vendas públicas foram de milho, produto que estava estocado no Mato Grosso, sendo que, uma parte delas foi adquirida pela BBM/RS.

Com relação a uma AGF, a compra nesta categoria pelo governo não ocorre via leilão, a modalidade é operacionalizada diretamente pela Conab, onde a companhia adquire até 205 toneladas de produto por CPF e, o produtor deve depositar a quantidade de produto que deseja vender ao Governo Federal em um armazém credenciado (MAPA, 2021b).

A saída dos produtos pela modalidade de venda pública é realizada pelo preço de mercado vigente, com a participação das bolsas, onde é estipulado um preço de abertura, e de acordo com o interesse dos arrematantes esse preço vai sofrendo os ajustes necessários até o produto ser devidamente arrematado no leilão.

Como se pode observar no gráfico, a partir do ano de 2015 houve uma diminuição nos volumes comercializados nesta modalidade de operações, principalmente em função da diminuição dos estoques públicos e das operações de aquisição de produtos pelo Governo Federal.

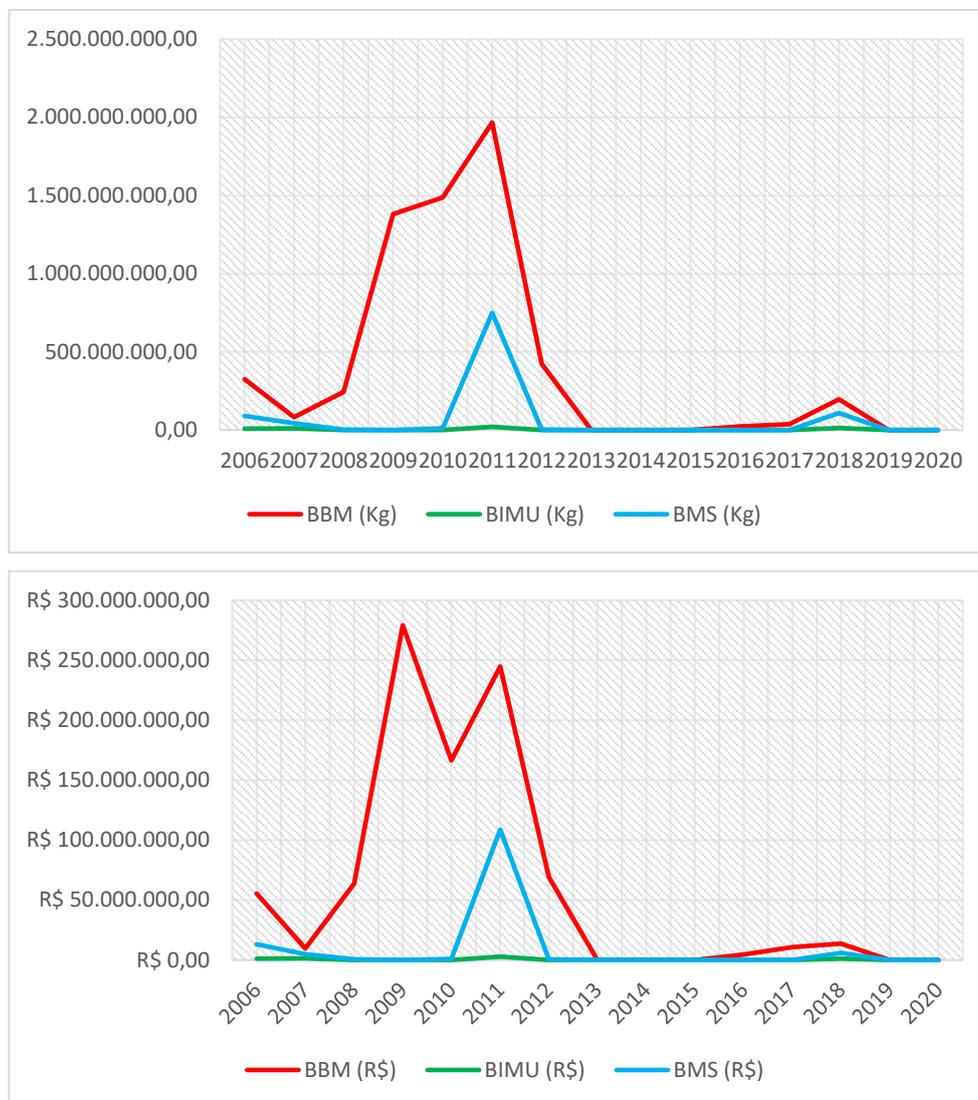
Essa diminuição nos leilões, é abordada nas entrevistas como uma tendência a ser seguida nos próximos, como uma estratégia de redução de custos pelo governo, levando em consideração os altos custos de manutenção desses estoques. De acordo com o ENTREV03 “Com esse negócio do governo de reduzir os custos, vai ficar cada vez mais raros os leilões”, quando questionado pelo motivo, a resposta surge rapidamente e com convicção “Porque na hora que eles forem analisar, -Ah vamos comprar arroz ou não vamos, qual o custo desse produto em um estoque, é um absurdo, é muito alto, eles não vão fazer” (ENTREV03).

Uma visão semelhante é identificada nas falas dos outros entrevistados, como podemos visualizar a seguir:

De 2014 ou 15 em diante, o padrão tem sido tipo assim, vamos economizar em armazenagem do produto, porque gasta muito armazenar o produto, esse que é o grande problema, pra quem tá de cima e vamos dizer, subestima o problema. Vamos gastar com subvenção que são as operações de PEP e PEPRO, que já são bem mais baratas e, vamos deixar de armazenar o produto, que com a subvenção a gente consegue interferir no mercado com maior eficiência e gastando menos. ENTREV04

A seguir, a figura 9, traz os resultados referentes aos leilões de Prêmio por Escoamento do Produto- PEP, realizados pela Conab em parceria com as bolsas nos últimos 14 anos.

Figura 9- A) Evolução dos volumes comercializados em leilões de PEP que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. B) Evolução dos valores reais comercializados em leilões de PEP que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios de leilões públicos divulgados pela Conab (2021).

O PEP é um instrumento que permite ao governo garantir ao produtor ou à cooperativa o preço mínimo de determinado produto, sem que haja necessidade de adquiri-lo. Nesse caso, o governo via Conab dá um incentivo para a retirada do produto do local, diminuindo a oferta, para fazer com que o preço reaja. Desse modo, por meio do leilão, ocorre o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, que é determinado prêmio. Esse mecanismo pode ainda ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados (MAPA, 2011).

PEP é um prêmio por escoamento do produto, então no caso ele é voltado pra uma indústria, uma cooperativa, que elas comprovando que compraram o arroz em casca do produtor rural a aquele preço mínimo que a Conab estipulava, e comprovando que além de comprar do produtor rural naquele determinado tempo hábil que o leilão pregava, eles conseguiram exportar aquele arroz, aí eles fazem jus a um prêmio. ENTREV04

Neste caso, o produto é adquirido por terceiros, que necessitam fazer o escoamento do produto, para que tenham direito a receber o prêmio desta modalidade.

Eles foram a leilão, compraram o prêmio do PEP e se responsabilizaram, bom agora eu vou comprar o arroz do produtor rural, vou pagar o preço mínimo que o leilão estabeleceu pra garantir uma renda pro produtor e vou exportar esse arroz, se ele fizer isso tudo no tempo hábil ele ganha um prêmio. ENTREV04

Essa modalidade, apesar de apresentar queda nos números a partir de 2011, ela é vista pelos entrevistados juntamente com o PEPRO como prioridade pelo governo, pois permite interferir no mercado sem que o governo precise adquirir o produto, evitando os gastos de armazenagem posteriores e, se encaixando no atual modelo de redução de custos.

Porém, apesar de ser um mecanismo que possibilita uma diminuição de gastos para o governo dada a questão da armazenagem, ele só possibilita interferir no mercado quando o preço está abaixo do mínimo, quando temos situações de altas de preço, como foi o caso do arroz no ano de 2020, onde o produto bateu recordes históricos de preços, o governo não tem estoque regulador para colocar produto no mercado e conseqüentemente gerar uma baixa nos preços, devendo-se utilizar outras formas para uma baixa nos preços, como zerar as tarifas de importações para o produto (ENTREV04).

Além dos dados relacionados aos leilões de PEP, também foram analisados os dados relativos aos leilões de PEPRO, que possui características semelhantes a modalidade que acabamos de discutir e, por muitas vezes, acaba confundindo alguns leitores, os resultados relativos a esta modalidade podem ser visualizados a seguir, na figura 10.

Figura 10- A) Evolução dos volumes comercializados em leilões de PEPRO que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020. B) Evolução dos valores reais comercializados em leilões de PEPRO que ocorreram via sistema eletrônico de comercialização da Conab, arrematados pelas Bolsas em estudo: BBM-RS, BIMU e BMS, no período de 2006 – 2020.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios de leilões públicos divulgados pela Conab (2021).

Os leilões de PEPRO são muito semelhantes ao PEP, pois também visa garantir que o produtor venda seu produto pelo preço mínimo de mercado, sendo que a principal diferença em relação ao PEP está no fato de a subvenção econômica (prêmio) ser paga diretamente ao produtor, que também é responsável por toda a documentação que comprova a operação.(MAPA, 2021b)

Como permite-se ver, os dados apresentam fortes oscilações no período estudado, porém é uma modalidade que vem crescendo e, assim como os leilões de

PEP têm uma tendência de maior utilização pelo governo, em virtude da política de redução de gastos. O último grande leilão desta modalidade ocorreu em 2018 para a cultura do arroz, e contou com a participação das 3 bolsas, somando quase 10 milhões de reais.

Apesar disso, foi no ano de 2017, que foi registrado um recorde histórico de valores e volumes comercializados de leilões de PEPRO, com quase 89 milhões de reais em subvenção pagos aos produtores de trigo. A totalidade destas operações foi arrematada pela BBM-RS.

### **4.3 Análise das características, limitantes e perspectivas de comercialização nas Bolsas de Mercadorias do Estado Rio Grande do Sul**

Nesta seção serão analisados os discursos presentes nas entrevistas, segmentando as mesmas entre os agentes entrevistados. Para fins deste estudo, optou-se por apresentar os resultados abordando inicialmente as características, limitantes e, por fim, perspectivas para o tema em estudo. Reforça-se que apesar de o trabalho ter seu foco sobre a comercialização das várias *commodities* agrícolas nas bolsas de mercadorias do estado, em vários momentos a discussão será focada no produto arroz, devido a uma especialização de duas das três bolsas nesse produto e, por ser o principal produto comercializado em volume e valores pela terceira bolsa que compõe o estudo, o que em vários momentos direcionou os entrevistados para uma fala mais específica sobre o produto.

A comercialização de produtos agropecuários em parceria com Conab é responsável ainda hoje pela maioria das transações realizadas nas três bolsas em estudo, apesar disso, duas das bolsas analisadas também realizam leilões agropecuários via seu próprio sistema de comercialização. De acordo com o ENTREV05, em nível nacional, chegou a ter 22 bolsas ativas no sistema da Conab atuando nestes leilões, sendo que, nos dias atuais apenas metade desse número possui contratos ativos com a instituição. Essa última renovação ocorreu em setembro de 2020 e os contratos são válidos pelo período de um ano. Um dos prováveis motivos para essa diminuição foi uma redução na comissão paga as bolsas o que fez com que muitas delas não tivessem condições de continuar no mercado:

Teve um determinado momento, eu não me lembro em que ano foi, a Conab resolveu reduzir pela metade as comissões das bolsas, teve uma reunião em Brasília, a gente foi lá, tentou argumentar pra eles que isso iria acabar com as bolsas, que a gente tinha custos, mas eles acabaram não aceitando. ENTREV03

Através da análise dos contratos celebrados com as bolsas, pode-se perceber que a partir dos contratos de 2013-2014, para os serviços de operacionalização dos leilões, organização, administração, divulgação dos normativos, disponibilização do ambiente de negociação, emissão de documentos comprobatórios das operações,

cadastro de clientes, guarda da documentação cadastral relativa aos leilões e outros atos inerentes às operações, a Conab passou a pagar às bolsas a seguinte remuneração:

-I. Contrato de opção de venda ou de compra: R\$10,00 (dez reais) por contrato arrematado no leilão;

- II. Demais operações: 0,5% (zero vírgula cinco por cento), sobre o valor total da operação, constante do documento comprobatório da operação, excluídos o ICMS e outros impostos ou tributos incidentes.

Em contratos anteriores, como o de 2011- 2012, as remunerações às bolsas eram as seguintes:

- I - contrato de opção de venda ou de compra: R\$ 10,00 (dez reais) por contrato arrematado no leilão;

-II - venda com e sem subvenção, compra e troca dos produtos arroz, feijão, milho e sorgo: 1% (um por cento); demais produtos: 0,5% (zero vírgula cinco por cento), observadas as seguintes bases de cálculo: a) venda e compra: sobre o valor total da operação, constante do documento comprobatório da operação, excluídos o ICMS e outros impostos ou tributos incidentes; b) venda e compra simultânea: sobre o valor básico do produto negociado (*in natura*), a ser estipulado pela CONAB, observando normas específicas, excluídos o ICMS e outros impostos ou tributos incidentes;

-III - frete: 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) sobre o valor total da operação, excluído o ICMS; IV- operações com subvenções (PEP, PROP, PEPRO repasse, recompra e outras que venham a ser instituídas): 0,7% (zero vírgula sete por cento) sobre o valor do prêmio negociado; V- operações de seguro rural: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da subvenção negociada.

Percebe-se que, as operações de venda com e sem subvenção, compra e troca dos produtos arroz, feijão, milho e sorgo, sofreram a redução identificada na fala do entrevistado, chamando a atenção principalmente para o arroz, produto destaque nas bolsas de Pelotas e Uruguaiana, que acabaram sofrendo mais com a mudança, visto que as bolsas em questão operam quase que exclusivamente com

esse produto. E, arroz e milho, no caso da BBM, que estão entre os três produtos com maior volume comercializado na bolsa de Porto Alegre.

Apesar dessa diminuição no número de bolsas operando credenciadas à Conab, a comercialização neste canal pode proporcionar vários benefícios tanto para vendedores como para os compradores, pode-se captar na fala dos entrevistados várias das vantagens que estão consolidadas na literatura, reforçando assim, a importância e seriedade do mercado em questão, de acordo com o ENTREV02 “os principais benefícios dos leilões e das operações em bolsa são a transparência do mercado e do próprio negócio em si”.

Ainda, uma vantagem que foi afirmada por diferentes entrevistados, é o acesso a grande uma quantidade de vendedores e que podem estar em qualquer lugar do país, ou até mesmo fora dele, e isso faz com que a medida ocorra um aumento no número de interessados pelos produtos, automaticamente ocorra um aumento no valor para o produto em questão:

Eu acho que abrangência, né! Uma bolsa tem uma quantidade bem grande de corretores, cada corretor tem os seus clientes espalhados pelo estado, pelo Brasil, vamos dizer assim. Então, vai ter uma abrangência bem grande o leilão, acho que essa é a resposta mais certa. ENTREV01

A grande vantagem que eu vejo é a possibilidade de tu poder acessar uma quantidade maior de demandantes, sobre aquele teu produto tu ter uma maior diversidade de eventuais compradores, aquilo que eu disse tu não precisas ter uma relação direta com os compradores; ENTREV06

Uma outra vantagem é a possibilidade de ter *rally* no negócio como a gente chama, à medida que tem mais interessados no teu lote tu conseguir preços maiores, a terceira possibilidade era uma segurança[...] tem a câmara arbitral também, que daria uma certa segurança de resolver a simetria das informações. ENTREV06

Além disso, as bolsas possuem ainda um mecanismo conhecido como câmara arbitral, que permite tanto ao comprador como vendedor uma segurança para a realização do seu negócio:

Eu acho que é vantajoso também para o comprador, ele vai acessar essa oportunidade na bolsa não necessariamente conhecendo o ofertante, garantindo a segurança pelo mecanismo com a possibilidade de minimizar qualquer problema com a câmara arbitral, então para o comprador também seria interessante. ENTREV06

A Câmara Arbitral da Bolsa tem por objetivo acabar com quaisquer controvérsias que podem vir a ocorrer em contratos de compra e venda de produtos agrícolas registrados e/ou negociados na Bolsa (BBM, 2021). Valendo-se dos mecanismos da Lei de Arbitragem (9.307/1996), que tem como principais vantagens a rapidez, a confidencialidade e a qualidade técnica das decisões (BRASIL, 1996).

Presente ainda na fala dos entrevistados, foi reforçada a importância e os benefícios dos leilões realizados pela Conab em parceria com as bolsas de mercadorias, de acordo com o ENTREV03 “O maior benefício da comercialização na bolsa é que ela garante uma renda mínima para o produtor, no caso de um ano que tenha uma safra. Uma garantia ao produtor via algumas modalidades de leilões e ele teria uma remuneração mínima pelo produto dele, pelo menos ele irá pagar os seus custos”.

Porém, apesar das inúmeras vantagens está pesquisa buscou identificar ainda, com base na experiência e familiaridade dos entrevistados com este mercado, algumas desvantagens que possam estar presentes nessa modalidade de comercialização.

Entretanto, poucas respostas para essa questão surgiram, segundo o ENTREV06 “A desvantagem, seria um custo maior de transação, né, tem um custo mais alto “. Em um estudo realizado por Simmons, em 2002, os resultados mostram que custos diretos para agricultores que negociam em mercados futuros australianos giram em torno de 2% do valor dos contratos e, de acordo com o estudo nesse nível, os custos não devem influenciar fortemente a decisão de fazer *hedge*.

Ainda, apesar de a fala sobre este maior custo de transação, de acordo com Sitko e Jayne (2012), as bolsas de mercadorias podem reduzir os custos de transação, expandindo a gama de parceiros comerciais em potencial, fornecendo serviços de inspeção e certificação de qualidade aprovados pela indústria e fornecendo serviços de fiscalização e arbitragem de contratos para proteção contra inadimplência.

Embora as várias vantagens que estão relacionadas a comercialização em bolsas, ainda hoje ela é pouco difundida entre os produtores agrícolas. Atualmente podemos citar algumas culturas como soja e milho, onde a modalidade faz parte do

cotidiano da maioria dos produtores como forma de proteção contra as oscilações de mercado, mas na grande parte das culturas, como no caso do arroz, onde o Rio Grande do Sul figura como o maior produtor brasileiro, a falta de interesse e conhecimento pela modalidade ainda é uma realidade:

Eu acho que temos condição de ampliar essa participação, acho que o arroz ainda tá um pouco atrasado com relação às outras culturas, outros produtos agrícolas. ENTREV06

A gente não vê a bolsa hoje como uma alternativa, hoje eu estou no Sindarroz, que é uma entidade que representa os interesses do setor industrial, mas sou produtor também, conheço bem a realidade do setor produtivo. ENTREV06

Em uma pesquisa realizada em 2005 sobre a comercialização da commodity arroz na Bolsa Brasileira de mercadorias, Santos (2005) afirma que há um consenso e equivocado no mercado de que a Bolsa de Mercadorias é um órgão de comercialização de lotes do Governo. Esta ideia difusa acaba por afastar produtores e indústrias da instituição, sendo que, 16 anos depois, ainda se percebe que pouco se evoluiu nesta visão sobre a comercialização em bolsas no estado:

O principal gargalho é ainda falta de maturidade tanto do setor produtivo como industrial nesse mecanismo de comercialização. Na época que eu estava de diretor comercial do Irga, a gente desenvolveu uma ferramenta de comercialização via bolsa, era Arroz na Bolsa, e o que a gente via era sempre o produtor ofertando o pior arroz que tinha, pelo maior preço possível. ENTREV06

Além disso, muitos produtores ainda mantêm uma visão errada de que a comercialização nesse mecanismo proporciona uma maior remuneração, o que foi reforçada nas falas de diferentes entrevistados:

Os caras achavam, que por vender pra bolsa vão conseguir um preço melhor. Eles tinham essa ideia, né! Mas, nada ver, porque eles vão vender pelo preço de mercado, eles só vão ter uma abrangência maior. Vão poder ter mais opções de compradores. ENTREV01

Outro limitante importante que pode ser identificado é quanto à organização da bolsa, como conceituado anteriormente, uma bolsa é composta por vários corretores associados e necessariamente para o produtor ou comprador acessar esse mecanismo deve ser por intermédio de um corretor associado, porém, essa sociedade por vezes acaba se tornando um desafio:

Só que as bolsas sempre são um desafio. No caso da nossa aqui por ser no interior talvez seja maior ainda, porque assim ela é uma sociedade de concorrentes, então pra tu conseguires colocar as cabeças pra pensar em um objetivo comum e remar tudo mundo junto é uma briga. ENTREV03

Umas das tentativas realizadas pela BBM em parceria com outras instituições, como a Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul (Federarroz), Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), Emater/RS e o banco e corretora Banrisul para a popularização dos leilões na área agropecuária entre os produtores foi o programa Arroz na Bolsa, que em sua versão disponível atualmente, teve o lançamento realizado no ano de 2015.

Entre os objetivos do programa estão oferecer aos pequenos e médios produtores de arroz, indústrias de beneficiamento ou de transformação e comerciantes o acesso a mecanismos de mercado que garantam preço justo; oportunidade de acessar um mecanismo moderno de negociação que prima pela segurança e transparência; além de ampliar a abrangência das ofertas. Para a realização das operações, a Emater/RS emitia os resultados das análises realizadas nos lotes identificados pelo vendedor em um laudo de classificação, que continha uma completa identificação e classificação do produto (IRGA, 2015).

Apesar das tentativas por parte das instituições, houve uma pequena quantidade de leilões e, entre as dificuldades enfrentadas, foi citada mais uma vez a falsa ideia de que esse mecanismo deve proporcionar uma maior remuneração pelo produto:

É aquela visão que eu te falei, dos produtores, a visão errada de que na bolsa vai conseguir um valor maior, e talvez de uma burocracia que não existe, mas sabe aqueles produtores que tem receios de tudo que é tecnológico. ENTREV01

Os produtores começaram com aquelas ofertas de preços absurdas, querendo milagre na bolsa e houve um desinteresse da indústria nessa negociação, porque o grande objetivo desse mecanismo era ampliar a possibilidade de demanda, né. ENTREV06

Os leilões via este programa ainda ocorrem, mas basicamente são realizados leilões do Irga, visto que a instituição possui uma produção anual de arroz e, para

que possa comercializar o produto é necessário que seja realizado via sistema da bolsa.

Tivemos uns 4 ou 5 leilões desses, depois a bolsa continuou a fazer, mas com ofertas muito pontuais e no final, quando o projeto já estava “na UTI” continuamos com ofertas de arroz só do Irga. ENTREV06

O Irga recebe arrendamentos, tem arroz, e por lei precisa vender na bolsa, aí a gente vendeu como sempre se vendia, mas dando o nome de arroz na bolsa, mas era bem diferente do que a gente estava propondo, a gente queria era fazer um leilão bem mais amplo e infelizmente não deu certo. ENTREV06

No que se refere aos principais produtos comercializados nas três instituições pesquisadas, está muito ligado as características de cada uma das bolsas e principalmente dos seus corretores. No caso das bolsas de Pelotas e Uruguiana, como estão localizadas em regiões onde a cultura do arroz tem uma importância socioeconômica muito relevante, que inclusive a criação destas bolsas foi motivada pelo produto em questão e seus corretores são especializados na comercialização desta *commodity*, isso acabou direcionando as bolsas também a uma especialização. Já no caso da Bolsa de Porto Alegre isso não é observado, a bolsa possui um número maior de corretores e são comercializados desde milho, trigo e arroz até produtos como laranja, uva, farinha de mandioca e ainda produtos não agropecuários via seu sistema próprio.

Com relação ao sistema próprio que as bolsas possuem, como é o caso da BBM e BIMU, podem ser realizados tanto leilões como pregões. No caso da BBM, o sistema nos últimos anos vem sendo utilizado principalmente por prefeituras, órgãos públicos, bancos, clubes, que recebem verba federal, e necessitam fazer suas compras por meio de um sistema de pregão eletrônico.

De acordo com o ENTREV01, esse sistema de pregão ou leilão eletrônico próprio da bolsa pode ser utilizado para fazer qualquer tipo de compra ou venda, desde produtos agropecuários, onde podemos citar os leilões de arroz, que eram realizados através do programa arroz na bolsa, como produtos de informática, medicamentos, que pode ser utilizado tanto por empresas públicas como privadas que desejam aproveitar as vantagens que a comercialização pelo sistema da bolsa oferece.

Ainda, segundo ele, o foco da BBM/ RS tá muito diferente nos dias atuais: “Até pra poder sobreviver, né! A gente tá focando direto em licitações, a parte de licitações públicas é o que tá sustentando a bolsa atualmente” (ENTREV01).

Eu, particularmente, estou trabalhando só com licitações, até porque os leilões não tem acontecido. Se a gente for depender só de leilões da CONAB, nós teríamos fechado as portas já. Assim como muitas bolsas fecharam, né? ENTREV01

Por fim, traz-se um pouco das perspectivas sobre essa modalidade de comercialização para os próximos anos, apesar de uma diminuição dos leilões da Conab que vem ocorrendo, a expectativa para esse mecanismo de comercialização para os próximos anos é boa, de acordo com o ENTREV01, se tem um campo de crescimento muito grande pela frente e, esse otimismo é reforçado nas perspectivas e na empolgação no momento da fala de outros entrevistados.

Sem dúvida nenhuma é uma boa alternativa, e mais cedo ou mais tarde vai começar fluir. Mas eu acho que ainda precisa um amadurecimento tanto setor produtivo como industrial para as coisas fluírem melhor. ENTREV06

Olha, as perspectivas futuras para as bolsas aqui no estado eu entendo que são promissoras, uma vez que o arroz tá indo também para o mesmo lado da soja [...]. Eu acredito que o arroz vai acabar indo para o mercado futuro em bolsa como é a soja hoje e, esse é o lado benéfico que nós esperamos. ENTREV02.

Além dessa expectativa quanto a atuação em um mercado futuro de arroz, o ENTREV02, traz a perspectiva de uma possível atuação em negociações de soja, segundo ele “a área de soja na região está aumentando muito, o que nos possibilitará trabalhar com soja”, o que talvez possa ser um indicativo do começo de uma caminhada para uma diversificação na bolsa que hoje é especialista em negócios de arroz, ponto apontado como importante e que será trazido posteriormente nesta discussão para um aumento da participação das bolsas no mercado. Atualmente, a cultura da soja vem cada vez mais ganhando espaço no estado, em áreas de rotação com arroz, com o intuito de diminuir a infestação de plantas daninhas em especial o arroz vermelho resistente aos herbicidas do Sistema Clearfield® e, também, aumentar a produtividade do arroz, devido a melhora nas condições do solo. Somado a isso, outros fatores impulsionam o cultivo de soja em

terras baixas, pois remete à sustentabilidade financeira das propriedades, que são beneficiadas pela diversificação de culturas e de renda, onde se tem a intensificação do uso das terras, maquinários e mão de obra, com a diminuição de custos por unidade de grãos produzidos (VEDELAGO, 2014).

Entre as justificativas para este otimismo para os próximos anos nos negócios via sistema da bolsa, é citado uma seleção natural dos produtores que vem ocorrendo nas últimas safras, no caso do arroz, o produto vinha com preços muito baixos, abaixo do custo de produção inclusive, e isso acabou fazendo uma “peneira” nos produtores, ficaram no negócio aqueles produtores mais capitalizados, que tinham uma maior escala de produção, e principalmente aqueles produtores que possuem armazenagem na propriedade, o que permite a eles uma maior diversidade de mercados possíveis a serem ofertados:

Então isso vai ser um fator que vai permitir ampliação do uso dessa modalidade de negócio, então essa mudança, esse novo perfil do produtor, é muito maior também a participação de produtores que também operam com soja, então operando com soja ele já tem uma maior familiaridade com o mecanismo, não só operação na bolsa direto, mas como pensando já em mercado futuro. ENTREV06

Porém para que estas expectativas possam ser realizadas há um caminho longo ainda a ser percorrido por essas instituições:

A diversificação, acho que não pode depender somente de leilões da Conab como a gente fez que ficou atrelado só a Conab trabalhando, tem que buscar formas diferentes de trabalhar. ENTREV03

Eu acho que é um caminho que deve vir a ganhar espaço, eu acho que vai crescer essa possibilidade, mas hoje é uma alternativa inexistente, a gente não tem caminhos de comercialização existentes via bolsa, talvez algumas ofertas pontuais da Conab. Então, é difícil ter um melhor aproveitamento dessa ferramenta agora, com as opções oferecidas. ENTREV06

Outro ponto importante, é quanto aos tipos de mercados em que essas bolsas operam, onde, houve um consenso entre todos os entrevistados em que, até o momento da coleta de dados, as três bolsas realizavam os seus negócios em dois tipos de mercados: Físico e de opções.

Desse modo, diferente do que se pensava inicialmente, BBM/RS, BIMU e BMS não estão realizando negócios no mercado a termo. Nesse tipo de mercado o

produtor acerta um preço, e efetua a venda antes mesmo de ter produzido o produto, e o ponto principal é que deve haver a entrega do produto pelo preço combinado (MARQUES; MELLO; MARTINES FILHO, 2006).

Apesar do sistema de comercialização da Conab possibilitar a realização de leilões a termo, inclusive esta modalidade é descrita nas regulamentações da companhia, os leilões da Conab realizados ultimamente, concentram-se em dois tipos de mercados, o físico, onde a entrega é imediata e, de opções:

No contrato de opção, o produtor tem a escolha de poder vender ou não pro governo sobre aquele determinado preço já estipulado, então ele só vai receber o valor mínimo aquele, se de fato ele entregar o arroz pro governo.  
ENTREV03

No caso do mercado a termo, este resolve o problema de achar um comprador para um vendedor e vice-versa, porém não resolve problemas relacionados a varrições de preços, que podem ser causadas por quebras de safras, armazenagem inadequada e fatores econômicos adversos (MARQUES; MELLO; MARTINES FILHO, 2006). Esse tipo de contrato é ainda muito específico, o que pode não satisfazer a terceiros em casos de uma transferência de titularidade, refletindo em mais riscos, se tornando mais oneroso que os contratos futuros(MARQUES; MELLO; MARTINES FILHO, 2006).

Das três bolsas em estudo, a BMS, como visto anteriormente, desempenha suas atividades exclusivamente com leilões da companhia, ficando restrita à sua atuação aos tipos de leilões que vêm sendo realizados pela companhia.

Além disso, apesar da BBM/RS e BIMU, realizarem leilões via seu próprio sistema, estes eram realizados pela modalidade física, até o momento das entrevistas.

Porém, além destes dois mercados em que as bolsas concentravam seus negócios e, chegando ao encontro de uma das expectativas presentes nas falas dos entrevistados, em janeiro de 2021 foram realizados via sistema próprio da bolsa, os primeiros contratos futuros de arroz na BBM/RS, ampliando dessa forma a atuação da bolsa(PRESSINOTT, 2021).

Os mercados futuros, tal como existem hoje, tiveram início em 1848 com a criação da *Chicago Board of Trade* (CBOT). No Brasil, os mercados futuros se iniciaram em dezembro de 1977, com a decisão da Bolsa de Mercadorias de São Paulo (BMSP) de iniciarem operações com futuros agropecuários (MARQUES; MELLO; MARTINES FILHO, 2006).

Uma das principais características desse tipo de contrato é a padronização, o que permite ao usuário de um contrato a transferência para outra pessoa, sendo através dos pregões da bolsa, antes do vencimento daquele. Assim, as operações na bolsa podem ser encerradas a qualquer momento, basta ter liquidez (LOCATELLI, 2009). Ainda, nesse mercado é possível a entrada dos especuladores, os quais buscam a possibilidade de ganhos com as oscilações sem ter interesse nas *commodities* dos contratos. Esse participante do mercado futuro é muito importante, tendo em vista que através dele é possível ser proporcionada a liquidez dos contratos.

No Brasil, as operações de contratos futuros podiam ser contratadas através da Brasil, Bolsa, Balcão e (B3), sendo realizadas operações de *hedge* de compra e de venda, de formato padrão, detalhando o produto que está sendo negociado, prazo do contrato, local de entrega e recebimento. Entre os contratos futuros agropecuários negociados estão: café, soja, milho, algodão, açúcar cristal, etanol, boi gordo e bezerro (B3, 2021). Porém, atualmente, a maioria dos contratos futuros envolvendo *commodities* agropecuárias no mundo é fechado nas bolsas dos Estados Unidos.

Há cerca de 15 anos, se chegou a trabalhar com uma proposta de inclusão de um mercado futuro de arroz no Brasil, de acordo com o ENTREV06, esse trabalho foi realizado na tentativa de construção de um índice para o mercado futuro na bolsa, porém não se obteve êxito. Entre os motivos citados pelo entrevistado estão a falta de maturidade do setor produtivo, a grande intervenção pública no mercado o que acaba inibindo os especuladores, categoria fundamental para o funcionamento dos mercados futuros.

O arroz por ser um alimento básico, por ser um alimento importante na segurança alimentar do país, um alimento que o preço impacta nos índices de inflação, então ele é um alimento que sempre tem uma intervenção muito grande do governo. Hoje não tanto quanto antes, mas ainda tem uma intervenção, e essa intervenção inibe os especuladores que no mercado futuro é fundamental. ENTREV06

Nos mercados futuros, os especuladores têm uma importância estratégica para a liquidez dos negócios. Este agente está interessado em aferir lucros na compra e venda dos contratos, sem se interessar diretamente pela mercadoria física que está sendo ofertada. A participação dos especuladores nos mercados futuros permite uma equalização da oferta e da demanda, visto que, nem sempre o volume de vendedores procurando proteção contra a queda de preços se iguala ao volume de compradores procurando proteção contra a alta de preços ((MARQUES; MELLO; MARTINES FILHO, 2006). Durante a entrevista o ENTREV06 reforça várias vezes que acredita ainda, que no caso de um mercado futuro de arroz no Brasil, que a intervenção pública ainda é o grande limitador dos especuladores.

Outra limitação citada nas entrevistas, é o fator do arroz ser ainda de qualidade muito variável, sendo difícil garantir um padrão mesmo que no contrato se estabeleça índices de grão quebrado, gessado, umidade, a possibilidade de se ter variação no momento da entrega é muito grande. Então, é um mercado que vai exigir sempre uma atuação grande da câmara arbitral. ENTREV06

Apesar da dificuldade citada pelo entrevistado para se garantir um padrão no caso da cultura do arroz, cabe ressaltar que este produto se caracteriza, sim, como uma *commodity*, o qual, é comercializado de forma homogênea em várias bolsas ao redor do mundo. De toda forma, nos dias atuais existe um movimento de diferenciação deste cereal, como estratégia para agregar um maior valor no momento da venda, o que por vezes acaba relativizando o produto arroz como uma *commodity*.

Ainda, percebeu-se uma transição de um mercado de arroz brasileiro que era basicamente doméstico, para um mercado com uma maior participação no mercado internacional e, a exportação é uma via de escoamento já mais intensa, favorecendo a evolução para negociações em mercados futuros.

Então, hoje como tem a exportação mais forte, temos a participação de *tradings* já mais habituadas a este processo de comercialização, de hedge, de trava de preço, porque operam com milho, com soja. ENTREV06

Em um estudo realizado em 2017, sobre quais fatores contribuem para o sucesso de um contrato de futuros, Bekkerman e Tejeda identificaram oito pontos principais que são importantes para prever o sucesso potencial de um mercado de

futuros agrícolas. Eles foram classificados em dois grupos: um que pertence aos componentes do mercado à vista subjacente e outro relacionado aos mercados de futuros existentes.

Os componentes do mercado à vista incluem seis fatores: (a) variabilidade do preço à vista, que é um indicador da incerteza do mercado (volatilidade); (b) o tamanho do mercado à vista, medido pela produção total e indicativo do risco de mercado potencial total; (c) atuação efetiva do mercado à vista, que representa a frequência de transmissão confiável de informações de preços em todo o mercado; (d) homogeneidade do produto e sistemas de classificação de produtos padronizados, os quais aumentam a intercambialidade das unidades de *commodities* comercializadas; (e) grau de integração vertical do mercado, que determina os pontos na cadeia de suprimentos em que ocorrem os negócios e os preços à vista são estabelecidos, e (f) o grau de concentração de poder de mercado, que também pode afetar a transmissão de informações sobre preços.(BEKKERMAN; TEJEDA, 2017).

Além disso, foram identificados dois componentes do mercado de futuros como importantes para determinar o sucesso do contrato de futuros: (a) a capacidade de reduzir o risco por meio de hedge cruzado de futuros e (b) a liquidez de contratos de futuros de hedge cruzado(BEKKERMAN; TEJEDA, 2017).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a comercialização agrícola nas bolsas de mercadorias em atuação no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, utilizou-se como suporte teórico a literatura sobre comercialização agrícola, estruturas de mercado e comercialização em bolsas. Dado objetivo deste trabalho, optou-se por um levantamento a campo e a utilização de dados secundários, que envolveu aplicação à distância de entrevistas e a coleta e análise de dados relacionados a evolução de leilões de produtos agropecuários realizados pela Conab em parceria com as bolsas de mercadorias.

Os dados quantitativos obtidos através da pesquisa, bem como a realização das entrevistas, em si, permitiram que fosse captada a percepção de atores diretamente envolvidos com o mercado das três bolsas estudadas e compará-los em partes com os dados secundários coletados.

A discussão dos resultados obtidos permitiu que fossem apontados aspectos importantes acerca do mercado estudado e que fossem feitas considerações sobre o que foi exposto. Cabe, portanto, que sejam retomados os principais resultados, apresentadas as contribuições, apontadas as limitações e, ainda, que sejam feitas sugestões para trabalhos futuros acerca deste tema.

Apesar da comercialização em bolsas ser uma modalidade presente há muitos anos no estado do Rio Grande do Sul, muitos agentes ainda não possuem conhecimento a respeito de todos os processos que ocorrem neste ambiente de transações, o desconhecimento e a desinformação ainda estão presentes entre as justificativas para essa baixa utilização do mercado das bolsas no estado.

Sendo assim, o estudo mostrou que a comercialização em bolsas ainda é alternativa pouco utilizada pelos produtores, porém foram identificadas expectativas positivas para o crescimento da adoção desta modalidade. Os leilões públicos ainda são a principal modalidade utilizada pelos produtores para o acesso as bolsas, pois são a partir deles que são executadas as políticas de apoio do Governo Federal. Apesar disso, a modalidade de leilões privados vem crescendo e figura entre as apostas para crescimento nos próximos anos.

Entre as principais vantagens para essa modalidade foram citadas: a transparência do mercado e do próprio sistema; um maior número de compradores e vendedores via sistema; possibilidade de ter um aumento no preço do produto, à medida que aumenta o número de interessados; e uma maior segurança para os usuários do sistema, através da câmara arbitral da bolsa.

Já entre os limitantes encontrados na pesquisa estão: o desconhecimento da modalidade ainda por muitos produtores; a ideia equivocada de que este mecanismo oferece uma maior remuneração; e a dificuldade de coordenação, visto que, as bolsas são formadas por corretoras associadas, e foi relatada uma dificuldade de consenso entre os integrantes. Como perspectivas, traz-se uma maior popularização desta modalidade, aumento no volume de negócios e possibilidade de uma ampliação na atuação, para a modalidade de mercados futuros.

Ainda, dentre os principais papéis das bolsas na sociedade está o de atuar como um indicador de preços no mercado, função que não foi citada por nenhum dos entrevistados e, que pode ser associada ao fato do grande número de leilões que ocorrem nas bolsas do estado, ser do tipo leilões do Governo, em que, de um lado se tem apenas um agente como comprador ou vendedor, representado pela Conab. Nesse caso, o ponto de partida é a quantidade demandada ou oferecida no leilão, sendo o preço uma consequência dos volumes comercializados, onde, o papel de sinalizador acaba ficando em segundo plano devido a oferta e demanda.

Mesmo que as informações obtidas neste estudo sejam referentes apenas às bolsas que atuam no estado do Rio Grande do Sul, entende-se que a abordagem traz grande contribuição para uma melhor compreensão do funcionamento desse mecanismo. A identificação desses elementos, ainda que seja uma modalidade presente há muitos anos como opção viável aos produtores, é muito relevante, pois permite identificar vários pontos importantes e que podem indicar por onde pode-se começar campanhas para uma possível popularização desta forma de comercialização que agrega uma série de benefícios aos produtores no momento da venda da sua produção agrícola e por onde começar a resolver os principais gargalos.

Como toda pesquisa científica, houve algumas limitações que tiveram que ser consideradas para seguir com o estudo: a base de dados que foi utilizada refere-se

apenas aos leilões realizados pela Conab com intermédio das bolsas, seria muito importante além destes, trazer dados referentes aos leilões realizados via sistema próprio das bolsas, para trazer uma análise da totalidade do mercado das bolsas. Ainda, a pesquisa ficou restrita somente aos atores ligados diretamente a parte da coordenação do mercado das bolsas, devido a uma limitação do período de execução, recursos financeiros e número de pesquisadores do estudo, porém entende-se a importância que teria a inclusão de outros atores relacionados a este mercado, para uma análise mais completa do tema.

Como propostas de estudos futuros sugere-se um estudo das perspectivas para a comercialização em bolsas de mercadorias no Estado em maior profundidade com a participação de outros atores que são indispensáveis para esse processo de comercialização:

- Corretores de mercadorias, em virtude da importância destes agentes no processo de comercialização em bolsas, somado ao fato que os mesmos possuem o contato direto com os produtores, cooperativas, entre outros agentes fundamentais nesse processo de comercialização agrícola.

- Produtores: peça fundamental para a adoção ou não desta modalidade de comercialização.

Ainda, outra possibilidade de estudo seria um trabalho direcionado para o mercado futuro de arroz que está em um processo inicial de desenvolvimento na região e, que poderá trazer várias contribuições para o crescimento e consolidação deste mercado.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. R. P. A. Logística agroindustrial. *In*: BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997. 573 p.
- B3. **Commodities**. São Paulo, SP, 2021. Disponível em: <[http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/commodities/](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/commodities/)>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Bolsas de mercadorias e futuros**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bmf.asp?frame=1>>. Acesso em: 22 dez. 2019.
- BARROS, G. S. C. **Economia da comercialização agrícola**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2007.
- BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997.
- BBM- BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS. **A bolsa brasileira de mercadorias**. São Paulo, 2021a. Disponível em: <<https://www.bbmnet.com.br/quem-somos/a-bolsa>>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- BBM- BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS. **Câmara arbitral da bolsa brasileira de mercadorias**. São Paulo, SP, 2021b. Disponível em: <<https://www.bbmnet.com.br/camara-arbitral/a-camara-arbitral-do-agronegocio>>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BEKKERMAN, A.; TEJEDA, H. A. Revisiting the determinants of futures contracts success: the role of market participants. **Agricultural Economics**, Amsterdam, v. 48, n. 2, p. 175–185, 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.307, de 23 de Setembro de 1996. Dispõe sobre a arbitragem. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9307.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Propostas para o aperfeiçoamento da política agrícola**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2007.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679–684, 2006.
- CEPEA- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA- ESALQ-USP. **PIB do agronegócio brasileiro**. Piracicaba, SP, 2021. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CONAB- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Institucional**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/institucional>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Preços mínimos**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/precos-minimos>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Comercialização**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/comercializacao>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

EMBRAPA- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília, DF, 2018. 212 p. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

FARIA, J. Análise de discurso em estudos organizacionais: as concepções de Pêcheux e Bakhtin. **TPA - Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, PB, v. 5, n. 2, p. 51–71, 2015.

GERHARDT, T. E. *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível em: <[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/rs.pdf](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/rs.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2021.

IRGA- INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ. **Programa arroz na bolsa será lançado nesta quarta-feira na Expointer**. 2015. Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <<https://irga.rs.gov.br/programa-arroz-na-bolsa-sera-lancado-nesta-quarta-feira-na-expointer>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

IRGA- INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ. **Boletim de resultados da lavoura de arroz - safra 2019/2020**. Porto Alegre, RS, 2020. Disponível em: <<https://irga.rs.gov.br/safra-2>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

KOCHHANN, A. G. **Governança de redes de economia solidária: análise dos modos e dimensões da governança de redes solidárias da região sul do Rio Grande do Sul**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais)-Faculdade de Agronomia/UFPel, Pelotas, 2017.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LOCATELLI, J. **Mercados futuros no agronegócio**. 2009. Trabalho de Conclusão de Especialização (Especialização em Finanças)-Escola de Administração-UFRGS, Porto Alegre, 2009.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Exportações do agro ultrapassam us\$ 100 bilhões pela segunda vez na história**. Brasília, DF, 2021a. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agro-ultrapassam-a-barreira-dos-us-100-bilhoes-pela-segunda-vez>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Comercialização e abastecimento**. Brasília, DF, 2021b. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/comercializacao-e-abastecimento>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MARQUES, P.; MELLO, P. **Mercados futuros de commodities agropecuárias (exemplos e aplicações aos mercados brasileiros)**. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1999.

MARQUES, P. V. ; MELLO, P. C.; MARTINES FILHO, J. G. **Mercados futuros e de opções agropecuárias**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2006.

MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. **Comercialização de produtos agrícolas**. São Paulo: EDUSP, 1993.

MARTINS, R. S. *et al.* Decisões estratégicas na logística do agronegócio: compensação de custos transporte-armazenagem para a soja no Estado do Paraná. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, PR, v. 9, n. 1, p. 53–78, 2005.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2000.

MENDES, J. T. G. **Economia agrícola**: princípios básicos e aplicações. Curitiba: Editora ZNT Ltda, 1998.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2007.

NEVES, M. F. **Um modelo para planejamento de canais de distribuição no setor de alimentos**. 1999. Tese (Doutorado em Administração)- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/USP, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, E. **Uma contribuição para a busca de meios alternativos de comercialização para os produtores de soja da região oeste do Paraná.** 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-UFSC, Florianópolis, 2001.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PIZA, C. T.; WELSH, R. W. **Introdução à análise da comercialização.** Piracicaba: ESALQ/USP, 1968.

PLANETA ARROZ. **Bolsa de mercadorias de Pelotas tem nova diretoria.** Cachoeira do Sul, RS, 2006. Disponível em: <<https://planetaarroz.com.br/bolsa-de-mercadorias-da-metade-sul-tem-nova-diretoria/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

POULTON, C.; KYDD, J.; DORWARD, A. Overcoming Market constraints on poor agricultural growth in Sub-Saharan Africa. **Development Policy Review**, London, v. 24, n. 3, p. 243–277, 2006.

PRESSINOTT, F. Produtor já negocia contrato futuro de arroz no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/01/29/produtor-ja-negocia-contrato-futuro-de-arroz-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 3 fev. 2021.

RAMOS, S. Y.; MARTHA JUNIOR, G. B. **Evolução da política de crédito rural brasileira.** Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2010. (Documentos, 292).

ROHR, P. V. **Comparação entre fatores que influenciam o produtor na comercialização de arroz dos municípios de Camaquã e Viamão.** 2007. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)-CEPAN/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

SANTOS NETO, A. A. M. **Mapeamento de processo como auxílio à gestão do conhecimento:** uma pesquisa-ação da operação de distribuição de cestas de alimentos da Conab no Rio Grande do Sul. 2019. Trabalho de Conclusão de Especialização (Especialização em Administração Pública Contemporânea)-Escola de Administração/UFRGS, Porto Alegre, 2019.

SANTOS, T. C. **Identificação de fatores inibidores à realização de negócios de arroz em casca na Bolsa Brasileira de Mercadorias no Rio Grande do Sul.** 2005. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)-CEPAN/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SATIRO, F. Derivativos de bolsa. *In*: KUYVEN, L. F. M. **Temas essenciais de direito empresarial:** estudos em homenagem à Modesto Carvalhosa. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 589–606.

SILVA, J. C.; ARAÚJO, A. D. A Metodologia de pesquisa em análise do discurso. **Grau Zero**, Alagoinhas, BA, v. 5, n. 1, p. 17–32, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/3492/2240>>

SIMMONS, P. Why do farmers have so little interest in futures markets? **Agricultural**

**Economics**, Amsterdam, v. 27, n. 1, p. 1–6, 2002.

SITKO, N. J.; JAYNE, T. S. Why are african commodity exchanges languishing? a case study of the Zambian Agricultural Commodity Exchange. **Food Policy**, Guildford, v. 37, n. 3, p. 275–282, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.foodpol.2012.02.015>>

TEIXEIRA, M. A. **Mercados futuros**: fundamentos e características operacionais. São Paulo: BM&F, 1992.

TYBUSCH, T. M. **As Estratégias de comercialização no mercado da soja - O caso da Cotrijuí - RS**. 2003. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)-CEPAN/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

UNCTAD. **Development impacts of commodity exchanges**. Geneva and New York: UNCTAD, 2009.

VARIAN, H. **Microeconomia**: princípios básicos: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VEDELAGO, A. **Adubação para a soja em terras baixas drenadas no Rio Grande do Sul**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência do Solo)-Faculdade de Agronomia /UFRGS, Porto Alegre, 2014.

WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

**APÊNDICE A– ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS ATORES LIGADOS A COORDENAÇÃO DAS BOLSAS DE MERCADORIAS QUE OPERAM NO RIO GRANDE DO SUL.**

- 1- Quais são os principais produtos agropecuários comercializados pela bolsa atualmente?
- 2- Nos dias atuais, em quais tipos de mercados (físico, a termo, opções e futuro) a bolsa atua?
- 3- No seu ponto de vista, quais as principais vantagens e desvantagens que a comercialização em Bolsas de Mercadorias fornece aos produtores, agroindústrias e cerealistas?
- 4- Em sua opinião, o que leva os produtores a procurarem outras alternativas que não as Bolsas de Mercadorias?
- 5- No seu ponto de vista, que ações deveriam ser implementadas pelas Bolsas de Mercadorias a fim de aumentar o volume de negócios no mercado gaúcho de *commodities* agrícolas?
- 6- Em sua opinião, quais são as perspectivas para a comercialização agrícola em Bolsas de Mercadorias?

**APÊNDICE B– ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS ATORES LIGADOS AO MERCADO DE LEILÕES DO GOVERNO FEDERAL REALIZADOS EM PARCEIRA COM AS BOLSAS DE MERCADORIAS QUE OPERAM NO RIO GRANDE DO SUL.**

- 1- Atualmente, quais são os principais produtos agropecuários comercializados em leilões pela Conab?
- 2- Em quais tipos de mercados (físico, a termo, opções e futuro) a Conab opera os seus leilões?
- 3- Quais são as principais diferenças entre os leilões públicos e privados realizados pela Conab?
- 4- Atualmente, quantas bolsas são parceiras da Conab para a realização dos leilões? Qual o número máximo que se chegou?
- 5- No seu ponto de vista, quais as principais vantagens e desvantagens que a comercialização em Bolsas de mercadorias fornece aos produtores, agroindústrias e cerealistas?
- 6- Em sua opinião, quais são as perspectivas para a comercialização agrícola em Bolsas de Mercadorias?

**APÊNDICE C– ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS ATORES LIGADOS AS INSTITUIÇÕES REPRESENTANTES DE CADEIAS PRODUTIVAS EM QUE AS BOLSAS DE MERCADORIAS OPERAM NO RIO GRANDE DO SUL.**

- 1- Quais são os principais fatores que hoje os produtores, agroindústrias e cerealistas levam em consideração para definir a sua estratégia de comercialização?
- 2- Em sua opinião, o que leva os produtores a procurarem outras alternativas que não as Bolsas de Mercadorias?
- 3- No seu ponto de vista, quais seriam as principais vantagens e desvantagens que a comercialização em Bolsas de mercadorias fornece aos produtores, agroindústrias e cerealistas?
- 4- No seu ponto de vista, que ações deveriam ser implementadas pelas Bolsas de mercadorias a fim de aumentar o volume de negócios no mercado gaúcho de *commodities* agrícolas?
- 5- Em sua opinião, quais são as perspectivas para a comercialização agrícola em Bolsas de Mercadorias?